U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM SOCIOLOGIA
[DESIGUALDADES E INTERVENÇÃO SOCIAL]

Viver o Tempo na Situação de Sem-Abrigo
Quotidianos, Envelhecimento e Expectativas do Futuro

Ana Salomé Ferreira Simões das Neves

M

2025/2026

Ana Salomé Ferreira Simões das Neves

Viver o Tempo na Situação de Sem-Abrigo
Quotidianos, Envelhecimento e Expectativas do Futuro

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora Alexandra Cristina Ramos da Silva Lopes Gunes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025/2026



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

"You must not let anyone define your limites because of where you come from. Your only limit is your soul." – Auguste Gusteau, Ratatouille

Sumário

Declaração de honra / Declaration of Honour 6
Agradecimentos 7
Resumo 8
Abstract 10
Introdução 13
I. Enquadramento teórico e conceptual 16
1. O fenómeno do Sem-Abrigo como exclusão multidimensional 16
1.1. Enquadramento conceptual do fenómeno do Sem-Abrigo 16
1.2. O domínio legal, normativo e da cidadania 20
1.3. Paradigma-Matrioshka 22
2. Características do fenómeno do Sem-Abrigo 24
2.1. Perfil das pessoas em situação de Sem-Abrigo na União Europeia 24
2.2. Análise estatística do fenómeno 26
2.3. Perfil das pessoas em situação de Sem-Abrigo em Portugal 27
2.4. Causas e categorias do fenómeno do Sem-Abrigo 29
2.5. Dimensões da exclusão social das pessoas em situação de Sem-Abrigo 31
3. Viver na rua: quotidianos, estruturas e experiências 33
3.1. A vida na rua como condição social específica 34
3.2. Agência, estratégias e resistências 36
3.3. Envelhecer Sem-Casa: a perspetiva feminina 38
4. Tempo e temporalidades da exclusão habitacional 40
4.1. Tempo como dimensão da desigualdade social 40
4.2. O quotidiano da rua: urgência, repetição e espera 42
4.3. Tempo institucional versus tempo vivido: fricções e desencontros 43
4.4. Envelhecer na exclusão: aceleração do tempo e horizontes encurtados 45
5. Estigma 47
II. Políticas públicas, respostas institucionais e limites 50
1. Transformações na habitação e emergência da insegurança habitacional em Portugal 51
2. Modelos de intervenção 52
2.1. FEANTSA e o enquadramento europeu 53
2.2. Housing First 55

2.3. Perspetiva do Percurso de Vida 57
2.4. Assertive Outreach 59
2.5. ENIPSA e o contexto português 60
2.6. Papel do Serviço Social 61
3. Fragilidades e desafios dos modelos atuais de intervenção 62
4. Papel do sociólogo nesta temática 64
III. Enquadramento metodológico 67
1. Objetivos e questão central da investigação 67
2. Opção metodológica 68
3. Técnicas de recolha de informação 69
4. Participantes e critérios de seleção 70
5. Procedimentos de análise da informação 71
6. Considerações éticas 71
7. Limitações da investigação 72
IV. Enquadramento empírico 74
1. Percurso e entrada na situação: trajetórias marcadas por ruturas acumuladas 74
2. Quotidiano e vivência do tempo: sobrevivência, instabilidade e desgaste 79
3. Relações com instituições: ambivalência entre suporte e controlo 83
4. Envelhecimento e impacto do tempo: agravamento das vulnerabilidades 85
5. Futuro e horizontes temporais: entre ausência de projeção e reconstrução gradual 88
6. Comparação com modelos existentes 92
Considerações Finais 95
Referências Bibliográficas 99
Anexos 102
Anexo 1 – Guião de entrevista 103
Anexo 2 – Grelha de análise temática das entrevistas 107
Anexo 3 – Relação entre a grelha de análise temática das entrevistas e as sub-categorias associadas a cada uma das mesmas 108
Anexo 4 – Consentimento informado 109

Declaração de honra / Declaration of Honour

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this thesis of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente tese.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this thesis.

Porto, 28 de julho de 2026

Ana das Neves

Agradecimentos

A concretização desta dissertação representa o culminar de um percurso exigente, marcado por desafios, aprendizagens e crescimento pessoal e académico.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Alexandra Lopes, pela disponibilidade, pelo rigor científico, pelas sugestões e pelo acompanhamento ao longo de todo este percurso. A sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento desta investigação e para o meu crescimento enquanto estudante e investigadora.

Um agradecimento muito especial às pessoas que aceitaram participar neste estudo. Agradeço a disponibilidade com que partilharam as suas histórias, experiências e reflexões. A confiança que depositaram em mim tornou possível esta investigação e permitiu dar voz a realidades que, demasiadas vezes, permanecem invisíveis. Agradeço igualmente às instituições e aos profissionais que facilitaram o acesso ao terreno e colaboraram na realização das entrevistas, contribuindo para que este estudo pudesse ser concretizado. Que este trabalho contribua para um olhar mais atento, mais justo e mais humano sobre as suas experiências.

Quase a terminar, mas não menos importante, quero agradecer aos meus pais, Modesto e Ana, e às minhas irmãs, Carolina e Rita. Obrigada por acreditarem sempre em mim, mesmo quando eu própria duvidei. Pelo apoio incondicional, pela paciência, pelo incentivo constante e por nunca me deixarem desistir, mesmo nos momentos em que tudo parecia impossível. Depois das lágrimas, das dúvidas e do cansaço, foram vocês que me deram força para continuar e ultrapassar todos os obstáculos que me trouxeram até aqui.

Por fim, ao Simão, a quem espero poder chamar companheiro para toda a vida. Obrigada por estares ao meu lado em todas as fases deste percurso, pelas palavras de incentivo quando a escrita parecia não ter fim, por me lembrares dos prazos, pelas críticas construtivas e por celebrares comigo cada pequeno avanço. A tua presença tornou este caminho muito mais leve e deu-me a tranquilidade necessária para chegar ao fim. Este trabalho também é um pouco teu. Obrigada por tudo e por nunca me deixares caminhar sozinha.

Resumo

A situação de Sem-Abrigo constitui uma das formas mais extremas de exclusão social, refletindo a interação entre desigualdades estruturais, trajetórias de vida e fragilidades das respostas institucionais. Esta dissertação procura compreender de que forma as pessoas em situação de Sem-Abrigo experienciam, organizam e significam o tempo no quotidiano, no envelhecimento e nas expectativas de futuro, analisando as implicações destas vivências para a compreensão sociológica da exclusão social.

A investigação adota uma abordagem qualitativa, baseada na realização de entrevistas semiestruturadas a pessoas em situação de Sem-Abrigo, posteriormente analisadas através de análise temática. A análise privilegia as narrativas dos participantes, articulando as suas experiências com os processos sociais que produzem e mantêm a exclusão habitacional.

Os resultados mostram que a situação de Sem-Abrigo resulta da acumulação de vulnerabilidades, como a precariedade laboral, as dificuldades económicas, as ruturas familiares, os problemas de saúde e a fragilidade das redes de apoio. Evidenciam ainda que a experiência do tempo é marcada pela urgência da sobrevivência, pela incerteza, pela espera e pela dificuldade em construir projetos de vida. O envelhecimento é vivido como um processo de agravamento das vulnerabilidades, enquanto as expectativas de futuro permanecem condicionadas pela instabilidade habitacional, pelas limitações das respostas institucionais e pela dificuldade em recuperar autonomia. Apesar destes constrangimentos, os participantes desenvolvem estratégias de adaptação e resistência que revelam capacidade de ação.

Conclui-se que a situação de Sem-Abrigo deve ser compreendida para além da ausência de habitação, constituindo uma experiência de exclusão que é simultaneamente material, relacional e temporal. O estudo contribui para aprofundar o conhecimento sociológico sobre o fenómeno, demonstrando que a forma como o tempo é vivido constitui uma dimensão central para compreender a exclusão social e para fundamentar políticas públicas mais integradas, centradas no direito à habitação, na dignidade e na cidadania.

Palavras-chave: Sem-Abrigo; temporalidades; tempo vivido; envelhecimento; orientação para o futuro.

Abstract

Homelessness is one of the most extreme forms of social exclusion, reflecting the interaction between structural inequalities, life trajectories, and the limitations of institutional responses. This dissertation seeks to understand how people experiencing homelessness experience, organise, and make sense of time in their daily lives, throughout the ageing process, and in relation to their expectations for the future, while examining the implications of these experiences for the sociological understanding of social exclusion.

This research adopts a qualitative approach based on semi-structured interviews with people experiencing homelessness, which were subsequently analysed using thematic analysis. The analysis prioritises participants' narratives, relating their experiences to the broader social processes that produce and sustain housing exclusion.

The findings show that homelessness results from the accumulation of vulnerabilities, including labour insecurity, financial hardship, family breakdown, health problems, and weak social support networks. They also reveal that the experience of time is characterised by the urgency of survival, uncertainty, prolonged waiting, and difficulties in planning for the future. Ageing is experienced as a process that intensifies vulnerability, while future expectations remain constrained by housing instability, the limitations of institutional responses, and difficulties in regaining autonomy. Despite these constraints, participants develop strategies of adaptation and resistance that demonstrate their capacity for agency.

The study concludes that homelessness should be understood as more than the absence of housing, constituting an experience of exclusion that is simultaneously material, relational, and temporal. It contributes to the sociological understanding of homelessness by demonstrating that the way time is experienced is a central dimension of social exclusion and should be considered in the development of more integrated public policies centred on the right to housing, dignity, and citizenship.

Key-words: Homeless; temporality; lived time; ageing; future orientation.

Lista de abreviaturas e siglas

FLUP ..... FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

U.P ..... UNIVERSIDADE DO PORTO

U.PORTO ..... UNIVERSIDADE DO PORTO

SGA ..... SERVIÇO DE GESTÃO ACADÉMICA

SRI ..... SERVIÇO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

E.S ..... ENSINO SUPERIOR

GRH ..... GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

SI ..... SISTEMA DE INFORMAÇÃO

SPSS ..... STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCE

SSA ..... SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

ETHOS ..... 'TIPOLOGIA EUROPEIA DE SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E EXCLUSÃO HABITACIONAL

ONU ..... ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

UE ..... UNIÃO EUROPEIA

ENIPSA ..... ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM-ABRIGO

ENIPSSA ..... ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

NIPSA ..... NÚCLEOS DE PLANEAMENTO E INTERVENÇÃO SEM-ABRIGO

OCDE ..... ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

FEANTSA ..... EUROPEAN FEDERATION OF NATIONAL ORGANIZATIONS WORKING WITH THE HOMELESS

EPCH ..... EUROPEAN PLATFORM ON COMBATING HOMELESSNESS

ICM ..... INTENSIVE CARE MANAGEMENT

ACT ..... ASSERTIVE COMMUNITY TREATMENT

Introdução

A situação de Sem-Abrigo constitui uma das expressões mais extremas e visíveis da exclusão social contemporânea. Contudo, apesar da sua crescente visibilidade no espaço público e da intensificação do debate político e na comunicação social em torno do fenómeno, a experiência de viver Sem-Casa continua frequentemente a ser interpretada através de leituras simplificadas e individualizantes, centradas em supostas falhas ou incapacidades pessoais, em detrimento da compreensão dos processos estruturais, económicos, institucionais e relacionais que moldam as trajetórias de exclusão habitacional, incluindo a pobreza, a precariedade laboral, a crise de acesso à habitação, as limitações dos sistemas de proteção social e a fragilização das redes de suporte familiar e comunitário.

Nas últimas décadas, o aumento das desigualdades sociais, da precarização laboral, da crise habitacional e da fragilização dos sistemas de proteção social contribuiu para o agravamento das situações de vulnerabilidade social em diversos contextos europeus, incluindo Portugal. Paralelamente, as transformações nas políticas públicas e nos mercados de habitação intensificaram dificuldades no acesso a condições habitacionais estáveis, aprofundando processos de insegurança residencial e exclusão. Neste contexto, a situação de Sem-Abrigo emerge não como um fenómeno isolado ou excecional, mas como manifestação de processos estruturais de desigualdade social, precarização das condições de vida, exclusão habitacional e fragilização dos mecanismos de proteção e integração social.

Porém, compreender a situação de Sem-Abrigo exige ultrapassar abordagens exclusivamente quantitativas, estatísticas ou administrativas. Mais do que ausência de habitação, a vida na rua representa uma condição social complexa, marcada pela acumulação de desvantagens económicas, habitacionais, sociais, relacionais, institucionais e simbólicas ao longo do tempo. A exclusão habitacional articula-se com ruturas relacionais, estigmatização, fragilidade dos vínculos sociais, vulnerabilidade institucional, precariedade económica e dificuldades de acesso a uma habitação estável e acessível, bem como com a limitação das possibilidades de participação social. Neste

sentido, a situação de Sem-Abrigo deve ser entendida como um processo social temporalmente acumulativo, inscrito nas trajetórias de vida dos sujeitos e profundamente condicionado por desigualdades estruturais.

Esta investigação parte precisamente da necessidade de compreender a vida na rua enquanto experiência social situada, analisando não apenas as condições materiais da exclusão habitacional, mas também os quotidianos, as temporalidades e os significados associados à experiência de viver Sem-Casa. O interesse central deste trabalho reside na análise da forma como as pessoas em situação de Sem-Abrigo experienciam o tempo, organizam o quotidiano, constroem estratégias de sobrevivência e enfrentam processos de envelhecimento em contexto de vulnerabilidade extrema.

A dimensão temporal assume particular relevância nesta investigação. Desta forma, pretende-se, através desta investigação, demonstrar que a exclusão social não se expressa apenas através da privação de recursos materiais, mas também através de desigualdades no acesso ao tempo, à estabilidade e à capacidade de projetar o futuro. As pessoas em situação de Sem-Abrigo vivem frequentemente num presente marcado pela urgência, pela repetição e pela espera, enfrentando dificuldades acrescidas na construção de projetos de vida e na sincronização com os ritmos institucionais e sociais dominantes. A experiência da exclusão habitacional revela, assim, uma temporalidade própria, profundamente marcada pela instabilidade, pela imprevisibilidade e pela limitação das possibilidades de autonomia.

Simultaneamente, esta investigação procura reconhecer as pessoas em situação de Sem-Abrigo enquanto sujeitos ativos, capazes de desenvolver estratégias de adaptação e resistência, mesmo em contextos de extrema precariedade. Ao invés de reproduzir leituras que representam estas populações exclusivamente como passivas ou incapazes, este trabalho procura evidenciar a complexidade das formas de agência produzidas em contextos fortemente condicionados por desigualdades estruturais e institucionais.

Metodologicamente, a investigação assenta numa abordagem qualitativa de natureza interpretativa, recorrendo a entrevistas semiestruturadas e à análise temática dos dados recolhidos; pretende-se compreender os significados, perceções e experiências

que os participantes atribuem aos seus percursos de exclusão habitacional. Em vez de procurar generalizações estatísticas, o estudo visa produzir uma análise aprofundada das vivências dos sujeitos, enquadrando-as nos processos sociais e estruturais que as condicionam.

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao enquadramento teórico e conceptual da investigação, estando subdividido em quatro eixos analíticos: a situação de Sem-Abrigo enquanto fenómeno de exclusão multidimensional; as características e perfis associados ao fenómeno; a experiência de viver na rua e as formas de agência desenvolvidas em contextos de exclusão; e, por fim, as temporalidades da exclusão habitacional. O segundo capítulo aborda as políticas públicas e os modelos de intervenção dirigidos às pessoas em situação de Sem-Abrigo, discutindo os seus desafios e limitações. O terceiro capítulo apresenta o enquadramento metodológico da investigação. Por último, o quarto capítulo expõe e analisa os resultados empíricos obtidos através do trabalho de campo.

Ao explorar as experiências e trajetórias das pessoas em situação de Sem-Abrigo, este estudo procura aprofundar a compreensão dos mecanismos sociais que produzem e reproduzem a exclusão habitacional, relacionando vivências individuais com processos estruturais mais amplos.

I. Enquadramento teórico e conceptual

1. O fenómeno do Sem-Abrigo como exclusão multidimensional

A caracterização da população em situação de Sem-Abrigo na Europa está a mudar, com um aumento de migrantes, mulheres e crianças (FEANTSA, 2023a, 2023 b, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025), havendo, nos últimos dez anos, uma intensificação expressiva deste fenómeno na União Europeia (Fernandes et al., 2023), sendo hoje amplamente identificado como uma das formas mais graves de exclusão social (Fernandes et al., 2023).

1.1. Enquadramento conceptual do fenómeno do Sem-Abrigo

O fenómeno da situação de Sem-Abrigo tem vindo a ganhar crescente atenção académica e política, refletindo a sua complexidade e a diversidade de formas que assume nas sociedades contemporâneas. O alargamento do interesse por este tema a múltiplas áreas disciplinares, da sociologia ao direito, da saúde pública às políticas sociais, tem contribuído para aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno, mas também para acentuar a necessidade de clarificação conceptual (Sullivan, 2023, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025). A forma como se define quem é considerado Sem-Abrigo não é neutra, variando entre países, contextos institucionais e tradições políticas (Peressini et al., 1995, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025), condicionando diretamente a produção de dados, a comparabilidade estatística e o desenho de políticas públicas (Mayock e Bretherton, 2016, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025).

Tradicionalmente, a situação de Sem-Abrigo (SSA) tem sido definida de forma restrita, centrando-se sobretudo em pessoas que vivem na rua ou em alojamentos temporários de emergência (Pleace, 2016a, citado por Nobre, 2020). Esta definição, embora dominante em muitos contextos institucionais, revela-se insuficiente para captar a diversidade das experiências de exclusão habitacional (Edgar e Doherty, 2001; Pleace, 2016b, citado por Nobre, 2020). Ao privilegiar formas altamente visíveis de Sem-Abrigo, tende a invisibilizar trajetórias menos expostas, mas não menos precárias, como as de pessoas que recorrem temporariamente a familiares, amigos ou redes informais de alojamento. Esta invisibilidade afeta de forma particular as mulheres, que

frequentemente adotam estratégias habitacionais menos visíveis como forma de proteção e sobrevivência, por exemplo, permanecendo temporariamente em casas de amigos, familiares ou conhecidos, ou alternando entre diferentes alojamentos precários para evitar a exposição à violência e ao controlo no espaço público (Edgar e Doherty, 2001; Pleace, 2016b, citado por Nobre, 2020).

Reconhecendo estas limitações, o *Institute of Global Homelessness* propôs uma definição operacional mais ampla, organizada em três categorias: ausência de alojamento, alojamento temporário (ou de emergência) e alojamento gravemente inadequado ou inseguro, permitindo captar tanto as formas visíveis como as formas ocultas de exclusão habitacional (Viljoen, 2025).

Esta abordagem aproxima-se da Tipologia Europeia de Situação de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional (ETHOS), que define o fenómeno de forma abrangente, incluindo não apenas quem vive na rua ou em centros de acolhimento, mas também pessoas em habitação insegura, inadequada ou temporária (Busch-Geertsema, 2010, citado por Nobre, 2020). Ao alargar o conceito, a ETHOS permite identificar um número substancialmente maior de pessoas em situação de exclusão habitacional e questionar leituras excessivamente redutoras do fenómeno (Baptista, 2010; Pleace, 2016b, citado por Nobre, 2020).

Em Portugal, apesar das revisões introduzidas ao longo dos anos, a definição oficial de situação de Sem-Abrigo tem permanecido relativamente restritiva. O consenso institucional só foi alcançado em 2009, com a primeira Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA 2009-2015), que adotou apenas duas das quatro categorias da ETHOS, excluindo explicitamente pessoas em habitação insegura ou inadequada (Brandle and García, 2015, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025). Esta opção reduziu o alcance do conceito e contribuiu para a invisibilização de formas relevantes de exclusão habitacional, reforçando uma leitura centrada sobretudo nos casos mais extremos e visíveis.

A introdução da expressão “pessoa em situação de Sem-Abrigo” na ENIPSSA (2017-2023) constitui, ainda assim, uma mudança conceptual e simbólica significativa. Ao

deslocar o foco da condição para a pessoa e ao sublinhar o carácter situacional, e não identitário, do Sem-Abrigo, esta formulação contribui para desafiar estigmas e para promover uma leitura mais estrutural do fenómeno (Branco, Xerez e Lima, 2025). A literatura tem demonstrado que as representações sociais do Sem-Abrigo influenciam diretamente a agenda política e a vontade governamental de investir em respostas estruturais, pelo que esta mudança linguística tem implicações que ultrapassam o plano meramente discursivo (Cronley, 2010, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025).

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, considera-se em situação de Sem-Abrigo "aqueles que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, género, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental" se encontrem Sem-Abrigo, ou seja, "a viver num espaço público, acolhidos num centro de emergência ou com paradeiro em local precário", ou sem-casa, isto é, "em alojamento temporário destinado para esse fim" (ENIPSSA, 2024, citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024, p.51).

Embora o conceito de Sem-Abrigo inclua tanto pessoas Sem-Teto como Sem-Casa, a experiência de estar literalmente na rua tem uma ressonância afetiva particular, independentemente do tempo que seja (Fernandes et al., 2023). A ausência de condições básicas, como dormir, comer, higienizar-se, compromete a dignidade humana e revela a profundidade da exclusão habitacional. Por isso surgiram respostas "paliativas" que procuram suprir necessidades imediatas, embora não resolvam o problema estrutural da falta de habitação, sendo especialmente relevantes para quem vive em situação de Sem-Teto, onde a precariedade é mais extrema (Fernandes et al., 2023).

Neste sentido, a situação de Sem-Abrigo não pode ser reduzida à simples ausência de habitação. Trata-se de um fenómeno complexo e multifatorial, que resulta da interação entre fatores individuais, institucionais e estruturais, e que se desenvolve ao longo do tempo (Anderson e Snow, 1993; Rossi e Wright, 1987; Bento e Barreto, 2002, citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). Ravenhill (2008, citado por Nobre, 2020) conceptualiza a situação de Sem-Abrigo como um processo cumulativo, marcado pela

acumulação de fatores adversos ao longo das trajetórias de vida, frequentemente iniciados em fases precoces.

Para os efeitos desta tese, a situação de Sem-Abrigo é entendida não como um estado pontual, mas como um processo temporal cumulativo, que se desenvolve ao longo das trajetórias de vida e condiciona profundamente a forma como o presente é vivido, o futuro é pensado e o envelhecimento é experienciado.

O acesso a "habitação condigna é universalmente considerado uma das necessidades básicas do ser humano" (ONU, 2002, p. 6, citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024, p.57). Isto significa que a habitação não é apenas um bem material, mas um pré-requisito para a dignidade humana, para a saúde, para a segurança e para a participação social. Sem um lar estável, as pessoas perdem liberdade real, não apenas oportunidades abstratas, mas a capacidade concreta de viver uma vida que valorizam (Sen, 2003 [1999], citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). Assim, a situação de Sem-Abrigo pode ser entendida como uma forma extrema de privação de capacidades. A carência de habitação traduz-se, assim, não apenas na perda de um bem material, mas numa restrição estrutural da capacidade de planear, antecipar e projetar a vida no tempo.

Paralelamente, o fenómeno de Sem-Abrigo funciona como um ciclo vicioso, podendo resultar no aumento de problemas de saúde mental, dependências, violência ou isolamento, mas também agrava todos estes fatores, criando um processo cumulativo de deterioração física, emocional e social (Goodman, 1991; Gwadz, Nish, Leonard, e Strauss, 2007; Hopper, Bassuk, e Olivet, 2010; McNaughton, 2008, citado por Greenwood et al., 2021).

Esta compreensão da profundidade humana e social da situação de Sem-Abrigo evidencia também os limites das respostas meramente administrativas. É neste sentido que, embora a morada legal permita aceder a apoios, não resolve a insegurança habitacional que define a condição de Sem-Abrigo (Fernandes et al., 2023).

1.2. O domínio legal, normativo e da cidadania

A situação de Sem-Abrigo é amplamente reconhecida, no plano jurídico e normativo, como uma violação grave dos direitos humanos, na medida em que compromete o acesso efetivo a direitos fundamentais, como o direito à habitação, à proteção contra tratamentos degradantes, à vida privada e familiar e, em situações extremas, ao próprio direito à vida (Camacho, 2022, citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). A vida na rua revela, assim, falhas profundas nas estruturas sociais e políticas responsáveis por garantir condições mínimas de dignidade, expondo os limites entre a consagração formal dos direitos e a sua concretização na vida quotidiana.

A insegurança de ocupação é um elemento estruturante da experiência de Sem-Abrigo, presente antes, durante e depois da perda da habitação, não podendo ser visto como um momento, mas sim um processo estrutural. Esta não pode ser compreendida apenas através de categorias legais, mas como um envolvimento das normas sociais, expectativas de cidadania e formas de reconhecimento (ou deslegitimação) que moldam profundamente a vida na rua (Fernandes et al., 2023). A insegurança de ocupação é, portanto, uma forma de exclusão de cidadania. A exclusão de cidadania associada à situação de Sem-Abrigo manifesta-se também como uma desigualdade temporal, na medida em que o acesso efetivo a direitos é frequentemente adiado, condicionado ou suspenso, produzindo experiências prolongadas de espera e incerteza.

Embora existam normas que garantem direitos às pessoas em situação de rua, estes direitos permanecem formais e não se concretizam na prática (Leite, 2023). A literatura evidencia que as condições materiais e simbólicas da vida na rua são incompatíveis com o cumprimento das exigências associadas ao exercício pleno da cidadania. Para as próprias pessoas em situação de Sem-Abrigo, as principais barreiras prendem-se com a falta de habitação e com a inadequação das respostas institucionais; já entre os profissionais, persiste uma tendência para atribuir essas dificuldades a características individuais da população atendida (Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). Esta divergência revela tensões profundas na forma como o fenómeno é interpretado e politicamente enquadrado.

Importa, contudo, sublinhar que existe um consenso entre os profissionais quanto à inadequação das respostas existentes face às especificidades da população em situação de Sem-Abrigo, quer por intervirem apenas nas consequências, quer pela sua rigidez e excessiva normatividade (Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). Esta limitação contribui para a reprodução de percursos prolongados de exclusão, nos quais o acesso a direitos permanece condicionado, adiado ou suspenso.

A distinção entre cidadania formal e cidadania vivida revela-se, neste contexto, particularmente relevante. Enquanto a cidadania formal remete para o conjunto de direitos legalmente garantidos, a cidadania vivida diz respeito à capacidade efetiva de exercer esses direitos no quotidiano. No caso das pessoas em situação de Sem-Abrigo, esta dissociação é evidente: embora os direitos existam no plano jurídico, as condições materiais, institucionais e simbólicas da vida na rua dificultam ou impossibilitam o seu exercício pleno (Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). A exclusão manifesta--se, assim, não apenas como ausência de recursos, mas como uma limitação concreta da participação social e do reconhecimento enquanto sujeito de direitos.

Esta exclusão de cidadania assume também uma dimensão temporal. O acesso a direitos e respostas institucionais é frequentemente marcado por experiências prolongadas de espera, incerteza e adiamento, produzindo uma desigualdade temporal que afeta de forma desproporcionada as pessoas em situação de Sem-Abrigo. Os tempos estruturados por procedimentos, prazos e critérios normativos, entram em fricção com os tempos da vida na rua, caracterizados pela instabilidade, pela urgência e pela imprevisibilidade. Este desencontro temporal contribui para aprofundar a exclusão, deslocando para os sujeitos a responsabilidade por incumprimentos que resultam, em grande medida, de constrangimentos estruturais.

Neste sentido, a situação de Sem-Abrigo revela um desajuste profundo entre os quadros legais que reconhecem direitos e as condições concretas que permitem exercê-los. A vida na rua expõe os limites de uma cidadania concebida em abstrato, desconectada das experiências vividas por quem se encontra em situação de exclusão extrema. Compreender este fosso entre cidadania formal e cidadania vivida é fundamental para analisar não apenas a insuficiência das respostas institucionais, mas também a forma

como a exclusão se reproduz através de regimes normativos e temporais que, embora formalmente neutros, produzem efeitos profundamente desiguais.

1.3. Paradigma-Matrioshka

A vida na rua tem sido frequentemente analisada como um fenómeno marginal ou residual, associado a situações-limite de pobreza extrema. Contudo, algumas abordagens sociológicas propõem uma inversão deste olhar, defendendo que a pobreza, e, em particular, a vida na rua, constitui um espaço privilegiado de observação dos processos sociais. Para Simmel (2008, citado por Aldeia, 2019), a pobreza não é apenas um objeto de estudo, mas um lugar privilegiado onde os processos sociais as relações de poder, as formas de interação, as circulações de saber, entre outros, se tornam mais visíveis e intensos, permitindo compreender melhor o funcionamento da sociedade.

É nesta linha que Aldeia (2019) propõe que a vida na rua seja entendida como um "paradigma-matrioshka", isto é, um fenómeno que contém múltiplos paradigmas, alguns sobrepostos, outros tangenciais, que revelam, de forma intensificada, processos sociais fundamentais. Assim, mais do que ser estudada como um objeto em si, a vida na rua funciona como uma lente analítica privilegiada para compreender dinâmicas sociais mais amplas (p.216). Não se trata, portanto, de produzir uma sociologia da vida na rua, mas uma sociologia através dela, usando este fenómeno como via para revelar, de forma ampliada e precisa, aquilo que a sociedade é (Aldeia, 2019).

Embora a vida na rua não esgote a complexidade do mundo social, a sua leitura enquanto paradigma-matrioshka permite compreender uma parte muito mais ampla da realidade do que se fosse analisada como um fenómeno isolado (Aldeia, 2019).

Entre os domínios que a vida na rua torna mais evidentes encontra-se o domínio social, relacional e afetivo. A literatura reconhece que as pessoas necessitam de um espaço que lhes permita salvaguardar a privacidade e construir, manter e participar em vínculos sociais significativos (Busch-Geertsema et al., 2010, citado por Fernandes et al., 2023). Na condição de Sem-Abrigo, este domínio fica profundamente comprometido,

revelando significados associados à perda de vínculos, à fragilização das relações e às experiências de exclusão social.

A compreensão da vida na rua como lente analítica também permite revisitar debates clássicos sobre as causas da situação de Sem-Abrigo. As abordagens tradicionais foram criticadas por serem excessivamente simplistas, ao reduzirem o fenómeno à dicotomia entre fatores individuais e estruturais (Neale, 1997, citado por Nobre, 2020). Em resposta, emergiu a chamada "nova ortodoxia", que defende que a situação de Sem-Abrigo resulta de uma combinação desfavorável entre vulnerabilidades individuais e fatores estruturais (Fitzpatrick, 2005; Pleace, 2016a, citado por Nobre, 2020).

Todavia, esta nova ortodoxia também enfrenta críticas importantes, mais especificamente, esta não define com precisão o que entende por fatores individuais e estruturais, deixando estas categorias vagas e pouco operacionais (Somerville, 2013, citado por Nobre, 2020) não esclarece de que modo estes fatores interagem nem como essa interação conduz concretamente à situação de Sem-Abrigo (Fitzpatrick, 2005; Somerville, 2013; Pleace, 2016a, citado por Nobre, 2020). Adicionalmente, esta não consegue esclarecer porque é que indivíduos com vulnerabilidades e contextos estruturais semelhantes seguem trajetórias distintas, levando apenas alguns a experienciar a situação de Sem-Abrigo; tende a desconsiderar a agência das pessoas em situação de Sem-Abrigo, representando-as como sujeitos passivos perante vulnerabilidades ou constrangimentos estruturais, o que empobrece a compreensão das suas trajetórias e estratégias de vida (Pleace, 2016a, citado por Nobre, 2020).

Neste sentido, o paradigma-matrioshka oferece uma alternativa analítica mais rica, ao invés de reduzir a vida na rua a um resultado de fatores individuais ou estruturais, permite vê-la como um espaço onde se tornam visíveis as interações complexas entre poder, desigualdade, políticas públicas, relações sociais, estigma, governamentalidade e agência. A vida na rua, enquanto lente, revela não apenas a pobreza, mas a forma como a sociedade produz, gere e legitima alteridades desqualificadas.

Para os efeitos desta tese, a adoção do paradigma-matrioshka permite analisar a situação de Sem-Abrigo como uma condição social que condensa múltiplas dimensões

da exclusão, articulando estruturas macro, práticas institucionais e experiências vividas. Esta perspetiva é particularmente relevante para compreender como a exclusão habitacional se inscreve nas trajetórias de vida, nos quotidianos e nas temporalidades das pessoas em situação de Sem-Abrigo, bem como para analisar os limites das respostas sociais e políticas existentes. Ao utilizar a vida na rua como lente analítica, este trabalho procura, assim, contribuir para uma leitura mais complexa e integrada do fenómeno, recusando explicações simplistas e dicotómicas e enfatizando a interdependência entre estrutura, experiência e agência.

2. Características do fenómeno do Sem-Abrigo

2.1. Perfil das pessoas em situação de Sem-Abrigo na União Europeia

O perfil das pessoas em situação de Sem-Abrigo na União Europeia (UE) evidencia uma forte associação entre exclusão habitacional, pobreza e exclusão social mais ampla. Os dados do Eurostat (2023) evidenciam que a experiência de dificuldades habitacionais está associada a fatores de vulnerabilidade socioeconómica, sendo mais prevalente entre pessoas em risco de pobreza ou exclusão social e entre pessoas nascidas fora da União Europeia (Eurostat, 2023, citado por Baptista, Perista e Marlier, 2025).

Dados recentes do Eurostat (2023, citado por Baptista, Perista e Marlier, 2025) indicam que uma parcela significativa da população adulta da UE experienciou dificuldades habitacionais ao longo da vida, sendo estas mais frequentes entre migrantes provenientes de países terceiros do que entre os nascidos no país de referência ou noutros Estados-Membros da UE (Eurostat, 2023, citado por Baptista, Perista e Marlier, 2025). Esta sobrerrepresentação dos migrantes nas situações de exclusão habitacional reflete a interseção entre precariedade económica, barreiras no acesso ao mercado de trabalho, discriminação e fragilidade dos direitos sociais, revelando que o Sem-Abrigo não pode ser dissociado das dinâmicas migratórias e dos regimes diferenciados de cidadania existentes na UE.

Em termos de género, as diferenças na prevalência global da situação de Sem-Abrigo são relativamente reduzidas; contudo, as formas de vivência do fenómeno apresentam diferenças significativas. Os homens recorrem com maior frequência a soluções mais

extremas e visíveis, como dormir em espaços públicos, enquanto as mulheres tendem a adotar estratégias menos expostas, permanecendo temporariamente com familiares ou amigos (Eurostat, 2023, citado por Baptista, Perista e Marlier, 2025). Estas estratégias, frequentemente mobilizadas como forma de proteção face à violência e à insegurança, contribuem para a sub-representação das mulheres nas estatísticas oficiais e para a invisibilização das suas experiências de exclusão habitacional (ESPAN, 2023, citado por Baptista, Perista e Marlier, 2025).

A dimensão etária do fenómeno revela igualmente padrões relevantes. A maioria das pessoas em situação de Sem-Abrigo na UE encontra-se em idade adulta ativa, entre os 30 e os 55 anos. No entanto, vários países registam uma presença significativa de jovens entre os 15 e os 29 anos, frequentemente associada a trajetórias marcadas por instabilidade residencial precoce, conflitos familiares, percursos institucionais fragmentados e exclusão socioeconómica persistente (ESPAN, 2023, Section 1; Eurostat, 2023, citados por Baptista, Perista e Marlier, 2025). Estes dados reforçam a leitura da situação de Sem-Abrigo como um processo que se inscreve nas trajetórias de vida, em vez de um episódio isolado ou circunscrito a fases tardias.

No que respeita às causas associadas à entrada em situações de Sem-Abrigo, os dados europeus apontam de forma consistente para a relevância das ruturas familiares ou relacionais, das dificuldades financeiras e da perda de emprego. As diferenças de género surgem sobretudo no peso atribuído às razões familiares, mais frequentemente referidas pelas mulheres do que pelos homens (Eurostat, 2023, citado por Baptista, Perista e Marlier, 2025). Estas diferenças refletem não apenas dinâmicas familiares distintas, mas também desigualdades de género estruturais, incluindo a maior exposição das mulheres à pobreza, à precariedade laboral e à violência nas relações íntimas.

De um modo geral, o perfil das pessoas em situação de Sem-Abrigo na União Europeia evidencia a heterogeneidade do fenómeno e a inadequação de abordagens uniformes ou centradas num perfil-tipo; as diferenças associadas ao género, à idade, à origem migratória e às trajetórias socioeconómicas sublinham a necessidade de análises e

respostas que considerem a interseção entre múltiplos fatores estruturais (ESPAN, 2023; Eurostat, 2023, citados por Baptista, Perista e Marlier, 2025).

Neste sentido, a análise do perfil europeu das pessoas em situação de Sem-Abrigo não deve ser entendida apenas como um exercício descritivo, mas como um ponto de partida crítico para questionar quem é reconhecido, contado e apoiado pelas políticas públicas. Esta leitura é particularmente relevante para o contexto português, analisado no subcapítulo seguinte, onde as especificidades do modelo habitacional e das respostas institucionais contribuem para padrões próprios de invisibilidade e exclusão.

2.2. Análise estatística do fenómeno

A monitorização da situação de Sem-Abrigo em Portugal tem vindo a assumir uma crescente importância desde a implementação da primeira Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) para o período 2009-2015 (Instituto da Segurança Social, 2009). A criação desta estratégia constituiu um marco importante na monitorização da situação de Sem-Abrigo em Portugal. Embora existissem anteriormente estudos e levantamentos realizados por instituições académicas, organizações da sociedade civil e entidades locais, a informação disponível apresentava-se dispersa e pouco uniforme. A criação da estratégia nacional permitiu estabelecer mecanismos mais estruturados de identificação, caracterização e acompanhamento das pessoas em situação de Sem-Abrigo, promovendo uma monitorização mais consistente do fenómeno a nível nacional (Instituto da Segurança Social, 2009).

Ao longo dos sucessivos ciclos estratégicos, assistiu-se a um reforço dos processos de recolha e tratamento de informação, bem como ao alargamento da cobertura territorial dos sistemas de monitorização. A constituição e consolidação dos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) contribuíram para melhorar a capacidade de sinalização e acompanhamento das situações identificadas, permitindo obter um retrato mais abrangente da realidade nacional (Instituto da Segurança Social, 2009; Diário da República, 2024).

Neste contexto, a evolução dos dados estatísticos deve ser interpretada considerando não apenas as alterações efetivamente ocorridas na dimensão do fenómeno, mas

também a progressiva melhoria dos mecanismos de recolha de informação. O aumento do número de situações registadas ao longo dos anos poderá refletir simultaneamente um crescimento da problemática e uma maior capacidade institucional para identificar, registar e acompanhar as pessoas em situação de Sem-Abrigo.

A crescente produção de dados estatísticos permitiu ainda melhorar o conhecimento sobre as características desta população e apoiar a definição de políticas públicas mais ajustadas às necessidades identificadas. Paralelamente, possibilitou uma avaliação mais rigorosa das estratégias implementadas e uma maior capacidade de planeamento das respostas sociais, contribuindo para uma intervenção mais informada e baseada em evidência.

2.3. Perfil das pessoas em situação de Sem-Abrigo em Portugal

No que respeita ao perfil sociodemográfico das pessoas em situação de Sem-Abrigo em Portugal, os dados disponíveis revelam uma relativa estabilidade ao longo dos últimos anos. Segundo o Relatório da ENIPSSA de 2018, esta população era maioritariamente constituída por homens (83,85%), de nacionalidade portuguesa, solteiros e com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos (Pina et al., 2020). Dados mais recentes confirmam esta tendência, identificando predominantemente indivíduos do sexo masculino, solteiros, de nacionalidade portuguesa, naturais do concelho onde se encontram sinalizados e com baixos níveis de escolaridade, geralmente limitados ao ensino básico (Observatório das Migrações, 2026).

Relativamente à condição socioeconómica, verifica-se que a principal fonte de rendimento desta população continua a ser o Rendimento Social de Inserção (RSI), complementado por pensões, outras prestações sociais e rendimentos provenientes de trabalho ocasional ou regular (ENIPSSA, 2025, citado por Observatório das Migrações, 2026). Esta realidade evidencia a estreita relação entre pobreza, exclusão social e situações de Sem-Abrigo, sendo frequentemente questionada a capacidade das prestações sociais existentes para garantir condições efetivas de acesso à habitação (Perista, 2025, citado por Observatório das Migrações, 2026).

Os fatores que conduzem à situação de Sem-Abrigo são diversos e interligados. Bento e Barreto (2002, citado por Pina et al., 2020) identificam dois níveis, estruturais - as condições socioeconómicas desfavoráveis, a exclusão social e os processos de desinstitucionalização - e individuais - as perturbações psiquiátricas, as baixas qualificações escolares e profissionais, a desafiliação social e as fragilidades relacionais. Os dados da ENIPSSA corroboram esta perspetiva, apontando como principais causas o desemprego ou a precariedade laboral, a insuficiência financeira, a ausência de suporte familiar, os problemas de saúde mental e as dependências de álcool ou substâncias psicoativas (GIMAE, 2020, citado por Pina et al., 2020).

Nos últimos anos, o fenómeno tem registado uma evolução significativa em Portugal. Um dos fatores que contribuiu para este agravamento foi a crescente dificuldade de acesso à habitação. Entre 2015 e 2023, os preços da habitação aumentaram 105,8%, crescendo a um ritmo superior ao dos rendimentos das famílias e acima da média observada na União Europeia e na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (European Commission, 2025; OECD, 2026, citados por Observatório das Migrações, 2026). Este contexto tem afetado particularmente os grupos mais vulneráveis, potenciando situações de exclusão habitacional e risco de Sem-Abrigo.

Os dados estatísticos disponíveis evidenciam um aumento expressivo do número de pessoas sinalizadas. Em 2021, foram contabilizadas pela ENIPSSA 4873 pessoas em situação de Sem-Teto no território continental (Observatório das Migrações, 2026). Já em 2024, o número total de pessoas em situação de Sem-Abrigo identificadas ascendia a 14476, das quais 9403 se encontravam na condição de Sem-Teto e 5073 na condição de sem-casa (Observatório das Migrações, 2026; ENIPSSA, 2024). Estes valores demonstram não apenas um crescimento quantitativo do fenómeno, mas também uma maior capacidade de sinalização e monitorização por parte das entidades responsáveis.

A distribuição territorial das situações de Sem-Abrigo revela igualmente mudanças relevantes. Embora o fenómeno esteja presente em 185 municípios portugueses, cerca de 42% das pessoas sinalizadas concentram-se nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (Observatório das Migrações, 2026). Contudo, quando analisada a proporção face

à população residente, destacam-se o Alentejo, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa como as regiões com maior incidência relativa de pessoas em situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA, 2024).

Importa ainda salientar que a realidade das pessoas em situação de Sem-Abrigo é cada vez mais heterogénea. Embora persistam os perfis tradicionalmente associados ao fenómeno, a literatura tem demonstrado que os percursos de vida destas pessoas são diversos e não podem ser reduzidos a estereótipos relacionados com o género, a dependência de substâncias ou a doença mental (Gomes e Guadalupe, 2011, citado por Pina et al., 2020). Neste contexto, fenómenos recentes como a crise habitacional, a precarização laboral e as dificuldades de integração de alguns grupos migrantes têm contribuído para o aparecimento de novos perfis de vulnerabilidade social (Observatório das Migrações, 2026).

Em síntese, a evolução recente da situação de Sem-Abrigo em Portugal evidencia um fenómeno em crescimento e crescente complexidade. Apesar dos avanços nas políticas públicas, nomeadamente através da ENIPSSA e da adoção de modelos de intervenção centrados na habitação, como o *Housing First*, persistem desafios significativos relacionados com o acesso à habitação, a integração social e laboral e a adequação das respostas às necessidades específicas desta população (Pina et al., 2020; Observatório das Migrações, 2026). A compreensão aprofundada do perfil das pessoas em situação de Sem-Abrigo e da evolução do fenómeno constitui, por isso, um elemento fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

2.4. Causas e categorias do fenómeno do Sem-Abrigo

A situação de Sem-Abrigo não emerge de forma súbita, nem pode ser explicada a partir de um único acontecimento ou fator isolado. A literatura tem vindo a demonstrar que se trata de um processo gradual de desqualificação social que se desenvolve ao longo do tempo, envolvendo múltiplas dimensões interligadas, como a precariedade económica, o desemprego prolongado e as ruturas nos laços sociais (Paugam, 2006, citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). Este processo não é apenas material, mas também simbólico e relacional, traduzindo-se num afastamento progressivo das

esferas de participação social, marcado pela perda de reconhecimento, pertença e estatuto.

Nesta perspetiva, identificar causas isoladas da situação de Sem-Abrigo, como desemprego, conflitos familiares, problemas de saúde mental ou falta de habitação acessível, revela-se insuficiente. Como sublinham Ravenhill, Somerville e Pleace (2009, 2013, 2016a, citado por Nobre, 2020), é fundamental compreender como estes fatores surgem nas trajetórias individuais, como são interpretados e vividos pelas pessoas, de que modo se articulam entre si e como conduzem, de forma cumulativa, à situação de Sem-Abrigo. Esta abordagem desloca o foco da causalidade linear para os processos biográficos, evidenciando que a exclusão habitacional resulta da acumulação sucessiva de vulnerabilidades ao longo do tempo.

Contudo Fernandes et al. (2023) mostram como a situação de Sem-Abrigo é frequentemente interpretada como consequência da incapacidade individual para cumprir as regras sociais, alimentando a ideia de uma "espiral descendente" em que a pessoa acumula falhas até "cair" na rua. Esta leitura individualizante transforma a exclusão num destino pessoal, minimizando o seu caráter estrutural. No entanto, aquilo que é frequentemente interpretado como incapacidade individual resulta, muitas vezes, de constrangimentos institucionais, políticos e sociais que limitam o acesso a recursos, direitos e oportunidades. Quando o problema é reduzido ao plano individual, a sociedade desresponsabiliza-se da sua resolução, permitindo que a rua se torne o sintoma visível de uma falha estrutural profunda. Ao reduzir a situação de Sem-Abrigo a uma sucessão de falhas individuais, esta narrativa oculta o papel central das ruturas institucionais, das esperas prolongadas e dos adiamentos sistemáticos no acesso a direitos e recursos.

As consequências desta visão limitada refletem-se diretamente nas definições legais e operacionais da situação de Sem-Abrigo. Em muitos contextos nacionais, apenas duas categorias são reconhecidas: pessoas que dormem ao relento, em espaços públicos, e pessoas em alojamentos de emergência ou temporários, correspondendo a um modelo tradicional e altamente visível do fenómeno, segundo a ENIPSSA 2017-2023 (Government of Portugal, 2017, p.3925, citado por Saaristo, 2023). Esta categorização

tende a associar o Sem-Abrigo a um perfil específico, maioritariamente homens adultos sozinhos, ignorando formas menos visíveis de exclusão habitacional e subestimando a dimensão real do fenómeno. A limitação destas categorias tem efeitos concretos na produção de dados e no desenho das políticas públicas. Ao excluir formas ocultas de Sem-Abrigo, como a permanência temporária em casas de familiares ou amigos, estas definições invisibilizam grupos que não correspondem ao perfil dominante, incluindo mulheres, jovens, migrantes e pessoas em situação de elevada precariedade residencial. Esta invisibilidade contribui para a reprodução de desigualdades no acesso a respostas sociais e reforça leituras simplistas sobre quem é considerado legítimo destinatário de apoio.

Neste sentido, a análise das causas e categorias da situação de Sem-Abrigo exige uma abordagem que vá além da identificação de fatores isolados ou da classificação administrativa dos casos. Compreender o fenómeno implica reconhecer os processos sociais e institucionais que produzem e acumulam vulnerabilidades ao longo do tempo, bem como os efeitos que as definições legais e operacionais têm na forma como o Sem-Abrigo é reconhecido, quantificado e politicamente tratado. Ao centrar-se nos processos de desqualificação social e nas trajetórias biográficas, este capítulo prepara o terreno para a análise dos perfis das pessoas em situação de Sem-Abrigo e das múltiplas dimensões da exclusão que estruturam as suas experiências.

2.5. Dimensões da exclusão social das pessoas em situação de Sem-Abrigo

A situação de Sem-Abrigo constitui uma das formas mais extremas de exclusão social, na qual a privação material se articula com processos de marginalização social, institucional e simbólica. A literatura sublinha que a pobreza extrema é o fator mais fortemente associado à situação de Sem-Abrigo, na medida em que a falta severa de recursos económicos aumenta de forma significativa a probabilidade de perda da habitação (Burt, 2001, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025). Contudo, a exclusão associada ao Sem-Abrigo não se esgota na dimensão económica, manifestando-se como um conjunto de desvantagens acumuladas que se reforçam mutuamente ao longo do tempo.

Como refere Aldeia (2019), a pobreza constitui um espaço social onde os diferenciais de poder se tornam particularmente visíveis, uma vez que os mecanismos de regulação social operam com menor dissimulação do que noutros contextos. Neste sentido, a situação de Sem-Abrigo revela de forma aguda como o poder se exerce através da distribuição desigual de recursos, reconhecimento e oportunidades. A privação material articula-se, assim, com formas de exclusão simbólica e relacional que limitam o acesso a direitos, serviços e redes de apoio.

As pessoas em situação de Sem-Abrigo constituem um dos grupos mais vulneráveis da sociedade, não apenas pela ausência de habitação, mas porque enfrentam múltiplas camadas de exclusão social que se acumulam e reforçam mutuamente. Esta acumulação de desvantagens tem efeitos profundos e duradouros no seu bem-estar físico, psicológico, social e económico (Cheng, 2021, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025). Estas múltiplas dimensões da exclusão não se manifestam de forma isolada, mas acumulam-se e reforçam-se ao longo do tempo, produzindo efeitos duradouros nas trajetórias individuais.

A dimensão social da exclusão associada ao Sem-Abrigo ultrapassa largamente a esfera material, integrando também a perda de relações significativas e os processos de estigmatização que acompanham a violação de uma norma social central: a de possuir um alojamento estável. A interiorização destas experiências contribui para processos de desafiliação social, nos quais as pessoas se afastam progressivamente das redes sociais, das instituições e das formas de pertença (Fontes, 2012, citado por Fernandes et al., 2023). A exclusão assume, assim, uma dimensão relacional, marcada pela fragilização do reconhecimento social e pela erosão do sentimento de pertença.

A pandemia da COVID-19 evidenciou e agravou estas dinâmicas de exclusão. Durante o primeiro ano da pandemia, a pobreza aumentou em Portugal, afetando de forma desproporcional mulheres em situação laboral precária, famílias monoparentais e agregados numerosos a viver em condições de sobrelotação (EAPN Portugal, 2020, citado por Saaristo, 2023). As medidas de emergência adotadas revelaram-se insuficientes para proteger estes grupos, funcionando a pandemia como um

amplificador das desigualdades socioeconómicas e habitacionais já existentes (Pestana Lages, 2022, citado por Saaristo, 2023).

No extremo da exclusão habitacional encontra-se a condição de Sem-Teto, que representa a forma mais severa de privação. A exposição direta do corpo ao frio, à chuva e à insegurança torna a satisfação de necessidades básicas uma preocupação permanente, fazendo com que "sair da rua" se imponha como prioridade absoluta no domínio físico e material (Fernandes et al., 2023). Contudo, para além desta dimensão imediata, a vida na rua compromete também os domínios social, relacional e afetivo, na medida em que a ausência de um espaço privado fragiliza a construção e manutenção de vínculos interpessoais (Busch-Geertsema et al., 2010, citado por Fernandes et al., 2023).

As entrevistas analisadas por Fernandes et al. (2023) evidenciam que estes aspetos afetivos e relacionais assumem um papel central na experiência da exclusão, não apenas por intensificarem o estigma e a marginalização, mas também por criarem barreiras adicionais à saída da situação de Sem-Abrigo. Este processo cumulativo torna-se particularmente relevante à medida que as pessoas envelhecem, uma vez que o desgaste físico, emocional e social se intensifica, reduzindo as possibilidades de reversão da exclusão e de reconstrução de trajetórias de autonomia.

Neste sentido, as dimensões da exclusão social associadas à situação de Sem-Abrigo devem ser compreendidas como processos interligados e temporalmente acumulativos. A exclusão habitacional articula-se com a pobreza, a perda de vínculos, a estigmatização e a marginalização institucional, produzindo uma condição de vulnerabilidade extrema que se aprofunda ao longo do ciclo de vida. Esta leitura integrada permite compreender o Sem-Abrigo não apenas como um problema habitacional, mas como uma forma complexa de exclusão social que atravessa múltiplas esferas da vida e condiciona profundamente as possibilidades de participação, reconhecimento e futuro.

3. Viver na rua: quotidianos, estruturas e experiências

A vida na rua deve ser entendida como um processo social, temporal e multifatorial, que resulta da interação entre fatores individuais, estruturais e políticos (Bento e Barreto,

2002, citado por Fernandes et al., 2023). A condição de Sem-Abrigo não é estática nem homogénea: pode ser circunstancial, episódica ou crónica (Nooe e Patterson, 2010, citado por Fernandes et al., 2023). Trata-se de uma experiência marcada pela privação de recursos materiais, pela fragilização ou rutura de laços sociais e pela exposição a múltiplas formas de vulnerabilidade.

Compreender a vida na rua exige, por isso, uma abordagem que vá além da descrição das condições materiais, incorporando a dimensão temporal das trajetórias, das experiências quotidianas e das estruturas que produzem e reproduzem a exclusão. Os episódios de falta de abrigo têm impactos profundos no bem-estar físico, emocional e relacional, acumulando-se ao longo do tempo e condicionando as possibilidades de recuperação e reintegração social (Nooe e Patterson, 2010, citado por Fernandes et al., 2023).

Neste contexto, Fernandes et al. (2023) mobilizam o conceito de "escolhas trágicas", de Nussbaum, para descrever situações em que as pessoas em situação de Sem-Abrigo são confrontadas com dilemas nos quais nenhuma alternativa é moralmente aceitável, e todas implicam perdas significativas ou danos morais na perspetiva do próprio sujeito. Estas escolhas impossíveis não resultam de falhas individuais, mas de condições institucionais e estruturais que moldam o acesso à habitação, à saúde e a outros recursos essenciais (Fernandes et al., 2023). Assim, compreender a vida na rua exige reconhecer que os sujeitos vivem num campo de tensões éticas permanentes, produzido por estruturas coletivas que limitam drasticamente as possibilidades de ação.

3.1. A vida na rua como condição social específica

A vida na rua constitui uma condição social específica que permite observar, de forma concentrada e intensificada, dinâmicas estruturais mais amplas da sociedade contemporânea. Longe de representar apenas uma situação extrema de privação material, a vida na rua funciona como um ponto de condensação de múltiplos processos sociopolíticos, nos quais se cruzam desigualdades económicas, fragilidades das políticas habitacionais, limites dos sistemas de proteção social e mecanismos de estigmatização

(Aldeia, 2019). Esta condição revela, de forma particularmente visível, como a sociedade distribui recursos, reconhecimento e direitos.

Nesta perspetiva, a condição de Sem-Abrigo não deve ser entendida apenas como ausência de habitação, mas como uma posição social que revela a forma como a sociedade distribui valor, reconhecimento e direitos. Simmel (2008, p. 99, citado por Aldeia, 2019) sublinha que a pobreza não se define apenas pela falta de recursos, mas pelas relações sociais que se estabelecem entre quem é considerado merecedor de ajuda e quem é objeto de controlo, vigilância ou exclusão. A vida na rua torna visíveis estas fronteiras simbólicas entre "incluídos" e "excluídos", funcionando como um espelho das hierarquias sociais e das respostas institucionais à desigualdade.

A condição de viver na rua expõe, assim, os limites práticos da cidadania. Embora os direitos possam existir formalmente, a sua concretização depende de condições materiais e institucionais que a vida na rua sistematicamente compromete. A impossibilidade de assegurar privacidade, estabilidade e segurança transforma o espaço público num local simultaneamente de sobrevivência e de controlo, no qual as pessoas em situação de Sem-Abrigo se tornam altamente visíveis enquanto problema social, mas invisíveis enquanto sujeitos de direitos. Esta ambivalência contribui para a produção de experiências de desqualificação social, nas quais o indivíduo é reconhecido sobretudo pela sua condição de exclusão.

A vida na rua funciona, deste modo, como um espelho das hierarquias sociais e das respostas institucionais à desigualdade. As interações quotidianas com instituições, profissionais e outros atores sociais são frequentemente mediadas por normas implícitas sobre comportamento adequado, merecimento e responsabilidade individual. Estas normas tendem a reforçar leituras moralizantes da exclusão, deslocando para os sujeitos a responsabilidade por situações que resultam de constrangimentos estruturais mais amplos. A condição de Sem-Abrigo torna-se, assim, um marcador social que legitima práticas de controlo, vigilância e regulação do espaço urbano.

Ao mesmo tempo, a vida na rua não deve ser reduzida a uma experiência homogénea. Trata-se de uma condição social atravessada por diferenças de género, idade, origem migratória e trajetórias de vida, que produzem experiências diferenciadas de exclusão e vulnerabilidade. Contudo, apesar desta heterogeneidade, existe um elemento comum: a exposição contínua à instabilidade e à insegurança, que molda profundamente os quotidianos, as relações sociais e a relação com o tempo. Esta instabilidade constitui um traço estruturante da condição de viver na rua, distinguindo-a de outras formas de exclusão habitacional menos extremas.

Compreender a vida na rua como condição social específica permite, assim, ultrapassar leituras que a tratam como exceção ou desvio individual. Pelo contrário, esta abordagem evidencia a forma como a exclusão habitacional extrema é produzida e mantida por estruturas sociais, políticas e institucionais que distribuem de forma desigual proteção, reconhecimento e oportunidades. Ao assumir esta perspetiva, este trabalho analisa a vida na rua não apenas como objeto empírico, mas como um lugar analítico privilegiado para compreender os mecanismos contemporâneos de exclusão social e os limites das respostas públicas à desigualdade.

3.2. Agência, estratégias e resistências

A vida na rua constitui um campo marcado por constrangimentos profundos e persistentes, mas não deve ser compreendida exclusivamente como um espaço de passividade ou ausência de ação (Fernandes et al., 2023). Mesmo em contextos de extrema precariedade, as pessoas em situação de Sem-Abrigo desenvolvem práticas quotidianas de adaptação, negociação e resistência que revelam formas de agência situadas (Aldeia, 2019; Fernandes et al., 2023; Greenwood et al., 2021). Reconhecer esta agência não implica romantizar a exclusão nem ignorar as desigualdades estruturais que limitam drasticamente as possibilidades de escolha; pelo contrário, permite compreender como a ação humana se exerce em condições severamente condicionadas (Fernandes et al., 2023; Shinn, 2010, citado por Fernandes et al., 2023; Greenwood et al., 2021).

A experiência de viver na rua, sobretudo na condição de Sem-Teto, é atravessada por uma forte carga emocional, corporal e relacional, resultante da ausência de um espaço próprio e seguro. A impossibilidade de garantir privacidade, associada à insegurança permanente quanto à ocupação do espaço, transforma o quotidiano num exercício constante de vigilância e adaptação (Fernandes et al., 2023). Neste contexto, a agência não se expressa através de escolhas livres entre alternativas equivalentes, mas através de decisões tomadas sob constrangimento, orientadas para a gestão da sobrevivência, da exposição e do risco.

O espaço público assume, assim, uma centralidade ambígua na vida quotidiana das pessoas em situação de Sem-Abrigo. Trata-se simultaneamente de um espaço de sobrevivência e de exposição, permanentemente disputado e regulado. A gestão do corpo, dos objetos pessoais e das interações com outros atores sociais exige uma atenção constante, comparável, em termos de impacto subjetivo, às próprias privações materiais (Fernandes et al., 2023). Estas práticas incluem a escolha de locais relativamente mais seguros para dormir, a gestão da visibilidade para evitar conflitos ou violência, e a tentativa de preservar fragmentos de intimidade num contexto marcado pela permeabilidade ao olhar alheio.

As estratégias de sobrevivência desenvolvidas neste contexto não se limitam à satisfação de necessidades básicas, como alimentação ou abrigo. Estas incluem também formas de organização do tempo, de circulação no espaço urbano e de relação com instituições e serviços (Aldeia, 2019; Fernandes et al., 2023). A capacidade de conhecer horários, regras e percursos institucionais, bem como de antecipar riscos e oportunidades, constitui um recurso central para lidar com a instabilidade quotidiana (Aldeia, 2019; Fernandes et al., 2023). Estas práticas revelam um conhecimento prático da cidade e das suas normas, frequentemente invisibilizado nas leituras que representam as pessoas em situação de Sem-Abrigo como desorganizadas ou incapazes de agir racionalmente (Aldeia, 2019; Fernandes et al., 2023).

A rua deve, deste modo, ser entendida como um espaço de adaptação forçada, no qual as pessoas desenvolvem estratégias para lidar com a instabilidade, a imprevisibilidade e a exposição permanente. O aumento do número de pessoas em situação de Sem-Abrigo

e o agravamento qualitativo das suas condições de vida não resultam do acaso nem de fatores individuais, mas de dinâmicas estruturais - económicas, políticas, habitacionais, laborais e institucionais, que moldam profundamente os percursos possíveis (Fernandes et al., 2023). As estratégias de sobrevivência desenvolvidas neste contexto, ainda que frequentemente invisibilizadas, constituem formas de resistência que desafiam leituras simplistas de passividade e revelam a complexidade da agência em contextos de extrema precariedade.

As práticas quotidianas de adaptação e resistência não devem ser interpretadas como sinais de autonomia plena, mas como respostas situadas a condições de extrema vulnerabilidade. Neste sentido, a agência não se opõe à exclusão estrutural; é antes produzida no seu interior, revelando tanto a capacidade de ação dos sujeitos como os limites impostos pelos contextos em que vivem.

3.3. Envelhecer Sem-Casa: a perspetiva feminina

O envelhecimento na situação de Sem-Abrigo assume contornos particularmente severos para as mulheres, sobretudo para aquelas que vivem na rua, sem qualquer forma de abrigo. A literatura tem demonstrado que estas mulheres apresentam níveis muito elevados de vulnerabilidade, tanto ao nível da saúde física (Baggett et al., 2013; Burgard et al., 2012; Winetrobe et al., 2017, citado por Box, Flatau e Lester, 2022) como da saúde mental (Burgard et al., 2012; Nielsen et al., 2011; Winetrobe et al., 2017, citado por Box, Flatau e Lester, 2022). Paradoxalmente, apesar de serem das mais expostas e desprotegidas, continuam amplamente ausentes da investigação e dos serviços de apoio, o que contribui para o agravamento cumulativo da sua vulnerabilidade ao longo do tempo (Box, Flatau e Lester, 2022).

Os percursos que conduzem as mulheres à situação de Sem-Abrigo são diversos e resultam da combinação entre fatores individuais, como experiências intergeracionais de exclusão habitacional, comorbilidades, consumo de substâncias, conflitos relacionais, passagens por acolhimento institucional ou contacto com o sistema de justiça, e fatores estruturais que incidem de forma desproporcional sobre as mulheres, incluindo o sexismo, a violência de género, a pobreza feminilizada e as barreiras persistentes no

acesso a habitação acessível (Box, Flatau e Lester, 2022). Estas dinâmicas produzem diferenças de género significativas, tanto nos percursos que levam ao Sem-Abrigo como nas próprias experiências de viver e envelhecer nessa condição (Box, Flatau e Lester, 2022).

De acordo com Box, Flatau e Lester (2022), as mulheres que dormem ao relento constituem um grupo demograficamente distinto e particularmente vulnerável, enfrentando riscos acrescidos de deterioração da saúde física e mental, bem como níveis substancialmente superiores de violência e exploração quando comparadas com homens na mesma situação ou com mulheres que não dormem na rua. Estas vulnerabilidades acumulam-se ao longo do ciclo de vida, tornando o envelhecimento Sem-Casa especialmente marcado pela insegurança, pela fragilidade e pela invisibilidade social.

Por isso, escondem-se para se protegerem, o que faz com que apareçam menos nas contagens oficiais e tenham mais dificuldade em aceder a apoio. A invisibilidade torna-se, assim, simultaneamente uma estratégia de sobrevivência e um fator de exclusão (Homeless Link, n/d, citado por Wilde et al., 2021).

O envelhecimento em situação de Sem-Abrigo revela, deste modo, como as desigualdades de género se articulam com a exclusão habitacional para produzir experiências específicas de vulnerabilidade. Como defende Rossi (citado por Bento e Barreto, 2002, citado por Fernandes et al., 2023), a compreensão do fenómeno exige articular características pessoais com fatores macroestruturais, permitindo analisar simultaneamente as trajetórias individuais e a dimensão social da exclusão. Abordagens biopsicossociais reforçam esta leitura ao reconhecer que o Sem-Abrigo resulta da interação entre condições individuais, contextos ambientais e estruturas socioeconómicas (Nooe e Patterson, 2010, citado por Fernandes et al., 2023).

Neste sentido, envelhecer Sem-Casa, na perspetiva feminina, não pode ser entendido apenas como um agravamento quantitativo das vulnerabilidades, mas como uma experiência qualitativamente distinta de exclusão. A acumulação de desvantagens ao longo do tempo, associada à violência de género, à precariedade económica e à

invisibilidade institucional, produz trajetórias marcadas por um desgaste acelerado e por horizontes de futuro progressivamente encurtados. Esta leitura reforça a necessidade de abordagens sensíveis ao género e ao curso de vida, capazes de reconhecer as especificidades das experiências femininas e de responder às desigualdades estruturais que moldam o envelhecimento em situação de Sem-Abrigo.

4. Tempo e temporalidades da exclusão habitacional

A experiência da exclusão habitacional revela uma forte dimensão temporal, marcada por ritmos, interrupções e incertezas que moldam profundamente o modo como a vida é vivida e sentida na rua. Nas situações de Sem-Teto, esta temporalidade torna-se particularmente intensa, dada a precariedade extrema que atravessa o quotidiano e a constante disputa por um espaço mínimo de segurança, privacidade e repouso (Fernandes et al., 2023).

A ausência de um lugar próprio, sempre provisório, sempre vulnerável, acentua a instabilidade e reforça a carga emocional e afetiva associada à vida na rua. A privacidade, frequentemente ameaçada pela insegurança de ocupação, surge como um dos elementos mais frágeis e mais desejados, revelando como a exclusão se inscreve tanto no corpo como no tempo. É a partir desta perspetiva que este capítulo explora as múltiplas temporalidades da exclusão, preparando o terreno para os subcapítulos seguintes, onde se aprofundam as formas como o tempo estrutura experiências, estratégias e possibilidades de futuro.

4.1. Tempo como dimensão da desigualdade social

A experiência da exclusão habitacional revela uma dimensão temporal central, frequentemente negligenciada nas análises centradas apenas nas condições materiais da vida na rua. A insegurança que caracteriza a situação de Sem-Abrigo não se limita à ausência de habitação ou de recursos básicos, mas manifesta-se também como uma forma específica de desigualdade temporal que molda profundamente o modo como o quotidiano é vivido e organizado. Como referem Fernandes et al. (2023), embora a insegurança possa estar presente noutras formas de exclusão habitacional, assume um

papel particularmente estruturante na situação de Sem-Abrigo, sobretudo na condição de Sem-Teto.

A instabilidade permanente quanto ao local onde dormir, à segurança física e ao acesso a recursos essenciais impede a sincronização com o tempo social dominante. As pessoas em situação de Sem-Abrigo veem-se frequentemente forçadas a viver num presente contínuo, marcado pela urgência e pela imprevisibilidade, no qual o planeamento a médio ou longo prazo se torna difícil ou mesmo inviável (Aldeia, 2019; Fernandes et al., 2023). A desigualdade temporal manifesta-se, assim, na forma como o tempo é experienciado, controlado e distribuído. Enquanto os grupos socialmente integrados dispõem de maior capacidade para planear, antecipar e projetar o futuro, as pessoas em situação de Sem-Abrigo enfrentam uma compressão do horizonte temporal, orientando a ação quase exclusivamente para a resolução de necessidades imediatas. Esta vivência do tempo como urgência permanente constitui uma adaptação forçada a contextos de extrema precariedade, nos quais a sobrevivência quotidiana se impõe como prioridade absoluta (Aldeia, 2019; Fernandes et al., 2023).

Importa sublinhar que esta experiência temporal não é homogénea, variando consoante a situação concreta em que a pessoa se encontra. As pessoas em situação de sem-casa, alojadas temporariamente, podem dispor de alguma previsibilidade mínima, ainda que instável; já as pessoas em situação de Sem-Teto enfrentam níveis mais elevados de imprevisibilidade e fragmentação do quotidiano. Estas diferenças produzem graus distintos de vulnerabilidade temporal e condicionam, de forma diferenciada, as possibilidades de acesso a respostas institucionais e de construção de trajetórias de autonomização (Fernandes et al., 2023, p.98).

A desigualdade temporal associada à situação de Sem-Abrigo não se limita à experiência subjetiva do tempo, mas tem efeitos concretos na relação com instituições e políticas públicas. A incapacidade de cumprir prazos, horários rígidos ou sequências administrativas pressupostas pelas respostas sociais é frequentemente interpretada como falha individual, reforçando processos de exclusão e estigmatização. Deste modo, a temporalidade dominante das instituições tende a colidir com a temporalidade vivida

na rua, aprofundando o fosso entre direitos formalmente reconhecidos e possibilidades reais de os exercer.

Neste sentido, compreender o tempo como dimensão da desigualdade social permite alargar a análise da exclusão habitacional para além da privação material, evidenciando como a organização social do tempo funciona como mecanismo de inclusão ou exclusão. A situação de Sem-Abrigo emerge, assim, como um contexto no qual o tempo se torna um recurso escasso, instável e permanentemente ameaçado, estruturando não apenas o quotidiano, mas também as possibilidades de ação, de participação social e de projeção do futuro.

4.2. O quotidiano da rua: urgência, repetição e espera

O quotidiano da vida na rua é estruturado por uma organização temporal profundamente distinta do tempo social dominante. Para as pessoas em situação de Sem-Abrigo, sobretudo na condição de Sem-Teto, o dia a dia é marcado por uma combinação particular de urgência permanente, repetição quotidiana e longos períodos de espera, que moldam a experiência subjetiva do tempo e condicionam de forma significativa as possibilidades de ação. Esta temporalidade fragmentada resulta da instabilidade estrutural associada à ausência de habitação e da dependência de recursos externos frequentemente escassos, contingentes e imprevisíveis.

O tempo da urgência impõe-se como elemento central na organização da vida quotidiana. A satisfação de necessidades básicas, como comer, dormir, proteger-se do frio, da chuva ou da violência, exige respostas imediatas e contínuas, orientando a ação para a resolução constante do presente. Esta centralidade do “agora” não corresponde a uma escolha individual, mas a uma adaptação forçada a condições de extrema precariedade, nas quais a sobrevivência se torna prioridade absoluta. Como referem Fernandes et al. (2023), a insegurança permanente impede a estabilização de rotinas autónomas e favorece uma vivência do tempo centrada na sobrevivência.

Paralelamente, o quotidiano é marcado por um tempo de repetição. Os dias tendem a organizar-se em torno das mesmas trajetórias espaciais, dos mesmos horários institucionais e das mesmas práticas, produzindo uma sensação de circularidade

temporal. Esta repetição não corresponde a estabilidade, mas antes a uma estagnação imposta, na qual o tempo parece avançar sem produzir mudança significativa nas condições de vida. A repetição quotidiana contribui para a erosão da esperança e para a perceção de bloqueio das trajetórias biográficas, reforçando a sensação de exclusão prolongada.

A estas dimensões soma-se o tempo da espera, que ocupa um lugar central na experiência da exclusão habitacional. As pessoas em situação de Sem-Abrigo passam longos períodos à espera de respostas institucionais, de vagas em equipamentos, de atendimentos, de decisões administrativas ou de oportunidades de acesso à habitação e a outros recursos. Esta espera é profundamente assimétrica, recaindo sobretudo sobre quem dispõe de menor poder social, económico e institucional. Longe de constituir um tempo neutro ou reparador, a espera prolongada produz frustração, desgaste emocional e sensação de impotência, funcionando como um mecanismo silencioso de gestão e contenção da exclusão (Fernandes et al., 2023; Nobre, 2020).

A articulação entre urgência, repetição e espera revela, assim, uma temporalidade específica da vida na rua, marcada pela instabilidade, pela suspensão e pela limitação das possibilidades de projeção do futuro. Estas formas de vivência do tempo não são apenas efeitos colaterais da exclusão habitacional, mas constituem dimensões centrais da própria exclusão social. Ao restringir a capacidade de planear, antecipar e imaginar alternativas, esta organização temporal contribui para a reprodução da vulnerabilidade e para a dificuldade de ruptura com a situação de Sem-Abrigo.

Compreender o quotidiano da rua a partir destas temporalidades permite evidenciar como a exclusão se inscreve não apenas nos corpos e nos espaços, mas também no tempo. A vida na rua impõe ritmos próprios, desajustados face ao tempo social dominante, que condicionam profundamente as relações com instituições, políticas públicas e projetos de futuro.

4.3. Tempo institucional versus tempo vivido: fricções e desencontros

A experiência temporal das pessoas em situação de Sem-Abrigo é profundamente moldada pela relação com as instituições e serviços sociais, cuja organização assenta em

regimes temporais específicos. Neste contexto, torna-se evidente a existência de uma tensão persistente entre o tempo institucional e o tempo vivido, que constitui uma fonte central de fricção e exclusão. Esta tensão não resulta de falhas individuais, mas de um desajuste estrutural entre os ritmos institucionais e as condições concretas da vida na rua.

O tempo institucional caracteriza-se por horários rígidos, sequências normativas e procedimentos administrativos que pressupõem estabilidade, previsibilidade e capacidade de cumprimento regular. As respostas sociais organizam-se frequentemente em percursos faseados, nos quais o acesso a determinados recursos depende do cumprimento prévio de etapas definidas externamente. Este regime temporal assume implicitamente que as pessoas dispõem de condições mínimas para planear, deslocar-se, comparecer a atendimentos e cumprir prazos, ignorando a instabilidade material e emocional que caracteriza a vida em situação de Sem-Abrigo.

Em contraste, o tempo vivido pelas pessoas em situação de Sem-Abrigo é fragmentado, contingente e profundamente condicionado pelas circunstâncias quotidianas. Trata-se de um tempo adaptativo, construído a partir de estratégias de sobrevivência, improvisação e gestão permanente da incerteza. A experiência temporal é frequentemente corporalizada, marcada pelo cansaço, pela dor, pela exposição às condições climáticas e pela necessidade constante de vigilância, sobretudo no caso de quem vive na rua sem qualquer forma de abrigo (Fernandes et al., 2023). Este tempo vivido não é linear nem cumulativo; é interrompido, instável e orientado para o curto prazo.

A fricção entre estes dois regimes temporais produz efeitos significativos. Por um lado, dificulta o acesso e a permanência nos serviços, uma vez que o incumprimento de horários ou regras pode resultar em exclusão ou sanção. Por outro, reforça a perceção de inadequação e de falha individual, deslocando para os sujeitos a responsabilidade por um desajuste que é estrutural. Como sublinham Greenwood et al. (2021), a imposição de tempos institucionais desajustados pode funcionar como uma forma de violência simbólica, ao desconsiderar as condições reais de vida e as capacidades efetivas das pessoas.

Esta tensão revela que a exclusão associada à situação de Sem-Abrigo não se manifesta apenas na ausência de recursos ou de direitos, mas também na imposição de regimes temporais incompatíveis com a experiência vivida. O tempo institucional, apresentado como neutro e universal, produz efeitos desiguais ao favorecer quem dispõe de maior estabilidade e penalizar quem vive em contextos de precariedade extrema. A temporalidade torna-se, assim, um mecanismo silencioso de seleção, exclusão e controlo.

Compreender os desencontros entre tempo institucional e tempo vivido é fundamental para analisar os limites das respostas sociais dirigidas às pessoas em situação de Sem-Abrigo. Esta análise evidencia a necessidade de modelos de intervenção mais flexíveis, capazes de reconhecer e acomodar as temporalidades da vida na rua, em vez de as tratar como desvios a corrigir.

Ao integrar a dimensão temporal na análise da exclusão habitacional, este capítulo contribui para uma leitura mais ampla dos mecanismos através dos quais a desigualdade se reproduz, preparando o terreno para a discussão sobre envelhecimento, desgaste acumulado e horizontes de futuro encurtados, desenvolvida no subcapítulo seguinte.

4.4. Envelhecer na exclusão: aceleração do tempo e horizontes encurtados

A dimensão temporal da exclusão torna-se particularmente evidente quando analisada à luz do envelhecimento. Envelhecer em situação de Sem-Abrigo implica viver um processo de desgaste acelerado, no qual o corpo se torna um marcador visível da passagem do tempo e da acumulação de adversidades. As condições de vida associadas à exclusão habitacional contribuem para um envelhecimento precoce, tanto ao nível da saúde física como mental, intensificando vulnerabilidades e limitando a autonomia (Nobre, 2020; Greenwood et al., 2021).

A Perspetiva do Percurso de Vida permite compreender o envelhecimento Sem-Casa como o resultado de trajetórias marcadas por ruturas sucessivas, perdas acumuladas e oportunidades sistematicamente adiadas. A situação de Sem-Abrigo não surge como um episódio isolado, mas como parte de um processo temporal mais amplo, no qual desigualdades estruturais se inscrevem progressivamente nas biografias individuais

(Nobre, 2020). Com o avançar da idade, estas desigualdades tendem a intensificar-se, reduzindo as possibilidades de recuperação e reintegração.

Neste contexto, os horizontes de futuro tendem a encurtar. A instabilidade permanente, o desgaste físico e emocional e a experiência repetida de falhas institucionais comprometem a capacidade de projetar a vida para além do curto prazo. O futuro pode surgir como incerto, ameaçador ou mesmo doloroso, levando algumas pessoas a evitá-lo enquanto categoria de pensamento. Esta restrição do futuro não deve ser interpretada como ausência de desejo ou de aspirações, mas como um efeito direto de condições de vida que tornam a esperança frágil e arriscada.

A aceleração do tempo associada ao envelhecimento em situação de Sem-Abrigo manifesta-se também na forma como o corpo envelhece sob condições de exposição contínua. A vida na rua intensifica o desgaste físico, agravando problemas de saúde e reduzindo a capacidade funcional a idades mais precoces do que na população geral. Este envelhecimento acelerado não resulta de processos biológicos isolados, mas da acumulação prolongada de privações, inseguranças e stress, que se inscrevem corporalmente ao longo do tempo.

Apesar deste cenário de profunda vulnerabilidade, persistem formas de agência e resistência, ainda que frequentemente discretas e fragmentadas. A esperança pode manifestar-se de forma mínima ou pragmática, orientada para micro-horizontes temporais, como a segurança do dia seguinte, a preservação da dignidade no presente ou a manutenção de algum controlo sobre aspetos específicos da vida quotidiana. Estas formas de esperança não anulam a dureza da exclusão, mas revelam a capacidade de adaptação e de resistência dos sujeitos, mesmo em contextos de extrema precariedade.

Envelhecer na exclusão evidencia, assim, como a desigualdade se reproduz e se aprofunda ao longo do tempo, inscrevendo-se simultaneamente nos corpos, nas trajetórias e nas possibilidades de futuro. A situação de Sem-Abrigo emerge como uma condição que acelera o desgaste, encurta os horizontes temporais e limita drasticamente as oportunidades de reconstrução biográfica. Ao integrar a análise do envelhecimento, este capítulo reforça a compreensão da exclusão habitacional como

um processo temporal cumulativo, preparando o terreno para a discussão sobre estigma, políticas públicas e limites das respostas institucionais desenvolvida nos capítulos seguintes.

5. Estigma

A situação de Sem-Abrigo inscreve-se num ciclo cumulativo de vulnerabilidade, no qual a perda de habitação desencadeia processos de exclusão progressiva, incluindo a perda de emprego, o agravamento das condições de saúde e o afastamento das redes de apoio social e institucional (Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). Neste contexto, o estigma emerge como um mecanismo central na produção e reprodução da exclusão social, operando de forma transversal às dimensões material, relacional e institucional da vida na rua.

A vulnerabilidade associada à situação de Sem-Abrigo não pode ser entendida como um problema individual ou isolado. Como sublinha Leite (2023), é multifacetada e resulta da interação entre fatores éticos, políticos e técnicos, exigindo uma análise que considere simultaneamente a dignidade, as políticas públicas e as formas concretas de intervenção. Carmo e Guizardi (2018, p.10, citado por Leite, 2023) reforçam esta leitura ao defender que a vulnerabilidade emerge da relação entre pessoas, territórios e sistemas de poder, e não apenas das características individuais dos sujeitos.

Neste quadro, o estigma funciona como um processo social estruturado por relações de poder. Linj e Phelan (2001, citado por Reilly, Ho e Williamson, 2022) descrevem o estigma como um processo composto por várias etapas: rotulação, estereotipagem, separação, perda de estatuto e discriminação, que se desenvolvem sempre num contexto de desigualdade estrutural. O estigma não se limita, assim, a atitudes negativas ou preconceitos individuais, mas produz efeitos materiais e simbólicos concretos, reforçando a exclusão e limitando o acesso a direitos e recursos.

A literatura evidencia que o estigma associado à situação de Sem-Abrigo tem impactos profundos na saúde física e mental. As pessoas em situação de Sem-Abrigo encontram-se entre os grupos mais vulneráveis da sociedade, enfrentando múltiplas formas de desvantagem acumulada, o que aumenta a probabilidade de discriminação,

isolamento e perda de direitos. Esta condição está fortemente relacionada com problemas de saúde física e mental (Bramley e Fitzpatrick, 2018; Fazel et al., 2014, citado por Reilly, Ho e Williamson, 2022). Neste contexto, a confiança nos profissionais e serviços assume um papel decisivo: quando o estigma é percecionado ou experienciado, as pessoas tendem a evitar procurar ajuda, a interromper tratamentos e a afastar-se das instituições, transformando a confiança num verdadeiro determinante de saúde (Magwood et al., 2019; Omerov et al., 2020, citado por Reilly, Ho e Williamson, 2022).

O estigma manifesta-se tanto sob a forma de estigma internalizado como de estigma externo. O estigma internalizado ocorre quando as pessoas incorporam perceções negativas sobre si próprias, afetando a autoestima, a identidade e a motivação para procurar apoio (Ritsher et al., 2004, citado por Reilly, Ho e Williamson, 2022). Já o estigma externo expressa-se em atitudes discriminatórias, tratamentos desrespeitosos e práticas institucionais que reforçam a separação e a desvalorização social (Reilly, Ho e Williamson, 2022). Estas duas dimensões reforçam-se mutuamente, aprofundando o isolamento e a exclusão.

Em situações mais extremas, o estigma assume a forma de desumanização. A desumanização ocorre quando a pessoa deixa de ser reconhecida como plenamente humana e passa a ser tratada como um objeto, um problema ou uma ameaça, perdendo dignidade, valor e legitimidade social (Gilmer e Buccieri, 2020; O'Carroll e Wainwright, 2019; Rae e Rees, 2015; Wen et al., 2007, citado por Reilly, Ho e Williamson, 2022). Um dos efeitos mais marcantes deste processo é a perda da identidade individual: as pessoas em situação de Sem-Abrigo deixam de ser vistas como sujeitos singulares e passam a ser tratadas como membros indistintos de uma categoria estigmatizada. Estas experiências produzem humilhação profunda, fragilizam os vínculos de confiança e dificultam o acesso e a permanência nos serviços.

A relação entre estigma e espaço urbano constitui outra dimensão central da exclusão. Como afirma Waldron (1991: 373, citado por Viljoen, 2025), todos os seres humanos são seres incorporados que ocupam um lugar; no entanto, quem não tem acesso a propriedade privada é forçado a realizar todas as atividades da vida quotidiana no espaço público. Sendo o espaço público regulado pelo Estado, as pessoas em situação

de Sem-Abrigo tornam-se particularmente vulneráveis a normas, práticas de controlo e políticas urbanas que limitam onde podem estar, por quanto tempo e em que condições (Viljoen, 2025)

Como argumenta Viljoen (2025), dormir ao relento constitui um problema normativo global, na medida em que normaliza condições de vida desumanas, transforma práticas básicas de sobrevivência em comportamentos sancionáveis e permite a aplicação desigual das regras de propriedade. O estigma funciona, assim, como um dispositivo que legitima a exclusão espacial e simbólica das pessoas em situação de Sem-Abrigo, restringindo ainda mais as suas possibilidades de existência legítima no espaço urbano.

Por fim, as perceções sociais negativas sobre as pessoas em situação de Sem-Abrigo são fortemente influenciadas por narrativas de livre escolha e responsabilidade individual. Em Portugal, apesar do reconhecimento da necessidade de respostas sociais, persiste a crença de que muitas pessoas permanecem na rua por opção ou devido a comportamentos aditivos (Petit et al., 2019, citado por Fernandes et al., 2023). Esta leitura insere-se num debate mais amplo entre explicações individualizantes e explicações estruturais da exclusão, revelando uma tendência para culpabilizar os sujeitos e desresponsabilizar a sociedade e o Estado.

Neste sentido, o estigma não deve ser entendido como um efeito colateral da exclusão, mas como um dos seus mecanismos centrais. Ao produzir desvalorização simbólica, desumanização e controlo do espaço, o estigma contribui ativamente para a reprodução da situação de Sem-Abrigo, reforçando os limites da cidadania, do acesso a direitos e das respostas institucionais. Compreender o papel do estigma é, assim, fundamental para analisar os limites das políticas públicas e para pensar em intervenções que não apenas mitiguem a exclusão material, mas que também enfrentem os processos simbólicos e institucionais que a sustentam.

II. Políticas públicas, respostas institucionais e limites

Apesar do elevado nível de riqueza existente na Europa e do reconhecimento crescente da situação de Sem-Abrigo como um problema social grave, o fenómeno continua a expandir-se, refletindo desigualdades persistentes e falhas estruturais nas políticas habitacionais e de proteção social. Ainda que a produção de dados comparáveis entre países seja limitada, existe evidência consistente de que o número de pessoas em situação de Sem-Abrigo tem aumentado nas últimas décadas (OECD, 2020, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025).

Este crescimento ocorre num contexto paradoxal: por um lado, as atitudes da população europeia em relação às pessoas em situação de Sem-Abrigo tendem a ser maioritariamente positivas e existe um apoio significativo a uma intervenção governamental mais robusta no domínio da habitação; por outro lado, as respostas políticas implementadas permanecem frequentemente fragmentadas, insuficientes e orientadas para a gestão das consequências da exclusão, em detrimento da transformação das condições estruturais que a produzem (Petit et al., 2018, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025). Simultaneamente, os modelos de intervenção tendem a assentar em pressupostos normativos e interpretações partilhadas pelos profissionais que nem sempre refletem a realidade vivida pelas pessoas em situação de Sem-Abrigo. Esta tensão desafia os princípios de uma intervenção verdadeiramente centrada na pessoa, entendida não como algo feito sobre ela, mas como um processo construído a partir dela, com ela e para ela. Sem políticas coordenadas, consistentes e de longo prazo, o fenómeno tende a reproduzir-se e a agravar-se (Ortiz Ospina e Roser, 2019, citado por Wilde et al., 2021).

As contagens oficiais de pessoas em situação de Sem-Abrigo constituem um dos exemplos mais evidentes destes limites. Ao centrarem-se sobretudo nas formas mais visíveis e institucionalizadas de Sem-Abrigo, estas contagens produzem retratos parciais e enviesados do fenómeno, excluindo formas ocultas de exclusão habitacional e sub-representando grupos como mulheres, jovens e migrantes (Aldeia, 2012, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025). Esta invisibilidade estatística tem efeitos diretos na

formulação das políticas públicas, ao condicionar quem é reconhecido como destinatário legítimo de intervenção.

Torna-se, assim, evidente a necessidade de critérios mais abrangentes e uniformes de identificação, bem como de indicadores que permitam não apenas quantificar a situação de Sem-Abrigo existente, mas também identificar situações de risco e trajetórias de vulnerabilização antes da perda efetiva da habitação (Third, 2000; Busch-Geertsema et al., 2010, 2016, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025). Sem este alargamento conceptual e metodológico, as políticas públicas tendem a intervir apenas quando a exclusão habitacional já se materializou e as trajetórias de vulnerabilização acumularam múltiplas desvantagens económicas, sociais e relacionais. Tal contribui para reforçar uma lógica de intervenção centrada na gestão das consequências da exclusão, em prejuízo da identificação precoce dos fatores de risco e da prevenção dos processos que conduzem à perda da habitação. A invisibilização das formas menos evidentes de exclusão habitacional compromete, assim, a capacidade das políticas públicas para atuar de forma preventiva e integrada, perpetuando ciclos de vulnerabilidade e exclusão social.

1. Transformações na habitação e emergência da insegurança habitacional em Portugal

No debate académico e político sobre a crise da habitação, a ideia de que o mercado constitui o mecanismo mais eficiente para regular o acesso à habitação tem sido cada vez mais questionada. A evidência empírica e teórica produzida nas últimas décadas demonstra que a dinâmica entre oferta e procura, por si só, é incapaz de garantir o direito à habitação, sobretudo em contextos marcados por desigualdades socioeconómicas profundas (Coelho, 2023). Por um lado, a crescente transformação da habitação num bem de investimento aumentou os preços dos imóveis e dificultou o acesso a uma habitação adequada (Barata Salgueiro, 1994; Cocola-Gant e Gago, 2019; Harvey, 2005; Santos, 2019; Sassen, 2014, citados por Saaristo, 2023, p.37). Por outro, os cortes nas políticas sociais e habitacionais, intensificados após a crise financeira de 2008, reduziram a capacidade de resposta pública perante situações de vulnerabilidade,

aumentando o risco de precariedade habitacional e Sem-Abrigo. (Caldas, 2012; Gillespie et al., 2022; Mendes, 2017; Nowicki, 2017; Peck, 2012; Seixas et al., 2015; Soederberg, 2021, citados por Saaristo, 2023).

Embora a União Europeia (UE) não influencie diretamente o domínio da habitação, exerce uma influência determinante através das suas políticas económicas, afetando o emprego, rendimentos, pobreza e desigualdades, que são as principais causas do Sem-Abrigo. Ao priorizar a competitividade, a estabilidade financeira e a integração dos mercados, a UE reforça dinâmicas que favorecem o capital imobiliário e marginalizam a habitação social (Scanlon et al., 2015, citado por Saaristo, 2023). Em Portugal, estas orientações articulam-se com um modelo económico assente no triângulo finanças–imobiliário–turismo, que tem contribuído para a intensificação da pressão sobre o mercado habitacional e para o agravamento da insegurança habitacional (Aalbers et al., 2020; Caldas et al., 2020; Rodrigues et al., 2016, citados por Saaristo, 2023).

Neste contexto, a insegurança habitacional emerge como um fenómeno multidimensional, resultante da articulação entre fatores habitacionais, económicos e sociais que, quando não assegurados, têm impactos diretos e indiretos na saúde e no bem-estar das pessoas. Santos et al. (2025) sublinham que a insegurança habitacional não se reduz à falta de casa, mas traduz-se em condições de vida marcadas pela instabilidade, precariedade e vulnerabilidade no quotidiano.

2. Modelos de intervenção

Apesar do elevado nível de riqueza existente na Europa e do papel da União Europeia na promoção de estratégias nacionais dirigidas à população em situação de Sem-Abrigo, este fenómeno continua a crescer devido a desigualdades persistentes. A situação de Sem-Abrigo produz impactos devastadores na saúde, na esperança de vida e no acesso a direitos (Martens, 2001, citado por Loubière et al., 2020).

No contexto europeu, a resposta tradicional a esta problemática tem sido marcada pela predominância do denominado modelo em escada, que pressupõe a progressão gradual das pessoas por diferentes respostas institucionais, mediante o cumprimento de condições rígidas, antes do acesso a uma habitação permanente (Kertesz et al., 2009,

citado por Loubière et al., 2020). Este modelo tem sido amplamente criticado por excluir precisamente os indivíduos em situações de maior vulnerabilidade, contribuindo para a reprodução de percursos prolongados de institucionalização e para a perpetuação de ciclos de exclusão social (Kyle and Dunn, 2008; Tsemberis et al., 2004, citados por Loubière et al., 2020).

Mais especificamente, em alguns países, os principais modelos de intervenção são os abrigos de emergência e de longa permanência, enquanto noutros têm um papel secundário (Gonçalves, 2021). Esta diferença reflete modelos de intervenção distintos: onde predomina o modelo em escada, os abrigos são centrais; onde predomina o Housing First e o direito à habitação, os abrigos tornam-se marginais.

A pandemia da COVID-19 veio expor de forma particularmente clara as desigualdades habitacionais existentes, evidenciando simultaneamente a importância dos serviços dirigidos às pessoas em situação de Sem-Abrigo. Este período demonstrou também que, quando os governos investem de forma decidida, é possível resolver grande parte do problema. Por isso, é essencial aproveitar as aprendizagens da pandemia, reforçando o investimento, valorizando os profissionais e consolidando as respostas que se revelaram eficazes (Gonçalves, 2021).

2.1. FEANTSA e o enquadramento europeu

A nível europeu, uma das principais entidades de referência no estudo, monitorização e combate à situação de Sem-Abrigo é a FEANTSA (*European Federation of National Organizations Working with the Homeless*). Esta organização não-governamental constitui a principal rede europeia dedicada exclusivamente à problemática das pessoas em situação de Sem-Abrigo, reunindo mais de uma centena de organizações de diversos países europeus que desenvolvem intervenção direta, investigação e advocacia nesta área. A FEANTSA tem como principal objetivo contribuir para a erradicação da situação de Sem-Abrigo na Europa, promovendo o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, a produção de conhecimento científico e a partilha de boas práticas entre os Estados-Membros (FEANTSA, n/d).

Uma das contribuições mais relevantes da FEANTSA para a compreensão do fenómeno foi a criação da tipologia ETHOS (*European Typology of Homelessness and Housing Exclusion*), em 2005 (FEANTSA, 2017). Como já foi mencionado, este modelo conceptual propõe uma abordagem alargada da situação de Sem-Abrigo, ultrapassando a visão tradicional centrada apenas nas pessoas que vivem na rua. A tipologia distingue quatro grandes situações de exclusão habitacional: Sem-Teto ("*rooflessness*"), Sem-Casa ("*houselessness*"), habitação insegura ("*insecure housing*") e habitação inadequada ("*inadequate housing*"), permitindo uma compreensão mais abrangente das diferentes formas de privação habitacional existentes na Europa (FEANTSA, 2017).

Nas últimas décadas, a União Europeia tem vindo a reconhecer progressivamente a situação de Sem-Abrigo como uma questão prioritária de inclusão social e de direitos humanos. Neste contexto, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais estabelece, no seu 19.º princípio, o direito ao acesso a habitação adequada e assistência às pessoas mais vulneráveis, defendendo a proteção contra despejos e a garantia de alojamento digno para as pessoas em situação de Sem-Abrigo (European Commission, 2021).

Em 2021, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, foi criada a Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo (*European Platform on Combating Homelessness - EPOCH*), considerada um marco na coordenação das políticas europeias nesta matéria. Através desta iniciativa, os Estados-Membros, instituições europeias e organizações da sociedade civil assumiram o compromisso de trabalhar conjuntamente para erradicar a situação de Sem-Abrigo até 2030, reforçando a prevenção, a recolha de dados, a monitorização do fenómeno e a implementação de respostas centradas na habitação (European Commission, 2021).

Ao nível das respostas institucionais, observa-se uma mudança gradual dos modelos tradicionais de caráter assistencialista para abordagens centradas na habitação e na integração social. Neste âmbito, destaca-se o modelo *Housing First*, amplamente promovido pela FEANTSA e pelo *Housing First Europe Hub* (Housing First Europe Hub, 2025).

Paralelamente, os países europeus têm vindo a desenvolver estratégias de prevenção à situação de Sem-Abrigo, nomeadamente através da mediação em situações de despejo, do reforço das políticas de habitação social, da promoção de programas de apoio ao arrendamento e da criação de equipas multidisciplinares de acompanhamento social. Estas respostas procuram reduzir os fatores estruturais associados à exclusão habitacional, reconhecendo que a situação de Sem-Abrigo resulta frequentemente da interação entre pobreza, desemprego, problemas de saúde mental, ruturas familiares e dificuldades de acesso à habitação (Edgar, 2012; FEANTSA, 2024).

Apesar dos progressos alcançados, a FEANTSA alerta para a persistência e agravamento do fenómeno em vários países europeus, particularmente devido à crise habitacional e ao aumento dos custos da habitação (FEANTSA, 2024). Neste sentido, defende-se que a erradicação da situação de Sem-Abrigo exige uma articulação efetiva entre políticas de habitação, proteção social, saúde, emprego e inclusão social, numa lógica integrada e centrada nos direitos humanos (FEANTSA, 2024).

A evolução das políticas europeias demonstra, assim, uma crescente valorização de abordagens preventivas e de modelos orientados para a inclusão e autonomia das pessoas em situação de Sem-Abrigo, em detrimento de respostas exclusivamente emergenciais ou assistencialistas.

2.2. Housing First

O *Housing First* (HF) é um modelo de intervenção internacionalmente validado, amplamente reconhecido pela sua elevada eficácia na resolução da situação de Sem-Abrigo de longa duração entre pessoas com necessidades complexas, como doença mental grave ou consumo problemático de substâncias (Padgett et al., 2016; Tsemberis et al., 2004, citados por Greenwood et al., 2023). Esta abordagem assenta no princípio de que a habitação constitui um direito humano fundamental e deve ser o ponto de partida da intervenção, em vez de uma recompensa após a resolução de problemas como dependências, desemprego ou doença mental. Assim, as pessoas são integradas diretamente em habitação permanente, recebendo posteriormente apoio social,

psicológico e de saúde adaptado às suas necessidades específicas (Housing First Europe Hub, 2025).

Esta abordagem dispersa no território, permitindo que reduza a necessidade de as pessoas fazerem escolhas impossíveis entre diferentes aspetos da sua vida; com casa e apoio, deixam de ter de prejudicar uma área (saúde, autonomia, relações e segurança) para manter outra (Mcnaughton Nicholls, 2010, citado por Greenwood et al, 2021, p. 317). Este modelo de intervenção distingue-se devido ao facto de não exigir previamente tratamento ou abstinência. A intervenção é acompanhada por apoio intensivo, integrado e centrado na pessoa, prestado por equipas multidisciplinares, promovendo a autonomia, recuperação e o empoderamento, enquanto a integração comunitária é trabalhada através de gestores de caso que ajudam cada pessoa a reconstruir relações, criar redes de vizinhança e participar na vida local (Tsemberis et al., 2004, citado por Greenwood et al, 2023).

Este acompanhamento pode assumir diferentes formatos, nomeadamente através de equipas de *Intensive Case Management* (ICM) ou de *Assertive Community Treatment* (ACT) (Tsemberis e Eisenberg, 2000; Tsemberis, 2010, citados por Greenwood et al, 2027), integrando profissionais como assistentes sociais, enfermeiros, médicos, psiquiatras e trabalho de pares (Goering et al., 2016, citado por Loubière et al., 2020). A filosofia central é simples e transformadora: dar casa primeiro, e depois trabalhar com a pessoa para reconstruir a sua vida, respeitando sempre a sua autodeterminação.

A adoção do *Housing First* ao nível europeu varia, contudo, de forma significativa entre países europeus, refletindo prioridades políticas, recursos disponíveis e maturidade das políticas de habitação. Em contextos como França, Países Baixos e Espanha, o modelo beneficia de financiamento do governo central, sinalizando maior compromisso político e garantindo maior estabilidade. Em contraste, países como Itália, Irlanda, Portugal e Suécia dependem sobretudo de financiamento local ou da sociedade civil, o que tende a fragilizar os programas e a limitar a sua abrangência (Loubière et al., 2020).

Na Dinamarca e na Finlândia, o foco principal é maximizar o acesso à habitação independente para pessoas em situação de Sem-Abrigo, seguindo de forma mais fiel o

modelo original e beneficiando de forte investimento público, o que reduz o stresse das equipas (Gonçalves, 2021). Em contraste, países como a Polónia e a Eslovénia continuam a privilegiar primeiro as respostas de tratamento, para saúde mental ou consumo de substâncias, antes de garantir habitação, aproximando-se de modelos mais tradicionais. A República Checa apresenta uma diversidade de abordagens coexistentes, enquanto Itália e Portugal estão em fase de transição, expandindo gradualmente o HF, embora ainda sem escala ou recursos suficientes (Gonçalves, 2021). Já em países com financiamento instável, baixos salários e mercados habitacionais muito pressionados, como Croácia, Grécia, Reino Unido e o próprio Portugal, o esgotamento e o stresse das equipas são mais frequentes, revelando que a aposta política no HF só produz efeitos consistentes quando acompanhada por investimento estrutural adequado (Gonçalves, 2021).

Apesar dos resultados amplamente positivos associados ao *Housing First*, a sua expansão implica uma redistribuição de recursos no interior dos sistemas de proteção social, o que pode gerar resistências institucionais e receios políticos (Loubière et al., 2020). Estes receios estão frequentemente associados ao temor de descontentamento público; contudo, a literatura sugere que tal resistência poderia ser atenuada por uma maior compreensão de que a população tende, em geral, a apoiar programas sociais eficazes e baseados em evidências, como o *Housing First*.

2.3. Perspetiva do Percurso de Vida

A Perspetiva do Percurso de Vida constitui uma ferramenta teórica fundamental para compreender as trajetórias humanas nos seus contextos sociais, históricos e relacionais (Elder, Johnson e Crosnoe, 2003, citado por Nobre, 2020), permitindo analisar como experiências, oportunidades e constrangimentos se articulam ao longo do tempo. Esta abordagem rejeita visões deterministas e lineares, entendendo que as trajetórias incluem descontinuidades, ruturas e reviravoltas, e que certos acontecimentos de vida podem funcionar como pontos de viragem quando alteram oportunidades ou modificam de forma persistente o ambiente do indivíduo (Nobre, 2020, pp).

A Perspetiva do Percurso de Vida assenta em cinco princípios basilares: o desenvolvimento ao longo da vida, que decorre desde o nascimento até à morte e envolve dimensões biológicas, psicológicas e sociais; o tempo histórico, social e pessoal, que molda as trajetórias individuais; o posicionamento geográfico e social, que condiciona recursos, oportunidades e modos de vida; as vidas interligadas, que sublinham a influência das relações sociais; a ação humana, que destaca o papel ativo das decisões individuais, tomadas em função das oportunidades e constrangimentos do contexto (Elder, Johnson e Crosnoe, 2003; Hendricks, 2012, citados por Nobre, 2020,).

Esta perspetiva evidencia a natureza interdependente das esferas da vida humana e mostra como acontecimentos em áreas como educação, emprego, saúde, família ou rendimento se acumulam ao longo do tempo, podendo desembocar em situações de Sem-Abrigo, sobretudo nas fases tardias da vida (Grenier, Barken e McGrath, 2016a; Lacey et al., 2016, citados por Nobre, 2020). Assim, a situação de Sem-Abrigo é compreendida como um processo temporal e multidimensional, influenciado simultaneamente por fatores estruturais e pela agência individual.

Do ponto de vista aplicado, a Perspetiva do Percurso de Vida é uma ferramenta valiosa para políticas públicas e serviços sociais, ao permitir compreender como vulnerabilidades se acumulam ao longo da vida e orientar intervenções que atuem sobre causas estruturais, e não apenas sobre sintomas (McDaniel e Bernard, 2011; Kennedy et al., 2010, citados por Nobre, 2020). Em contraste com respostas paliativas que perpetuam ciclos de exclusão, esta abordagem promove intervenções preventivas, estruturais e transformadoras (Ravenhill, 2008; McDaniel e Bernard, 2011, citados por Nobre, 2020). Permite ainda identificar fatores de risco recorrentes e momentos-chave onde a intervenção, formal ou informal, poderia ter sido preventiva (Nobre, 2020).

Complementarmente, a abordagem das capacidades de Sen (1980, citado por Greenwood et al., 2021) aprofunda esta leitura ao mostrar que a falta de um lar seguro constitui uma privação profunda da liberdade real das pessoas. Ao articular-se com a Perspetiva do Percurso de Vida, esta abordagem permite compreender a habitação como uma condição básica para o desenvolvimento, a autonomia e o bem-estar, funcionando como ponto de partida para a reconstrução de trajetórias de vida e para o

exercício efetivo da liberdade de ser e de fazer (Hopper, 2007; Kerman e Sylvestre, 2019; McNaughton Nicholls, 2010; Shinn, 2015, citado por Greenwood et al., 2021).

2.4. Assertive Outreach

Paralelamente, a *Assertive Outreach* é uma abordagem ativa e persistente de intervenção social, na qual os profissionais vão ao encontro das pessoas que dormem na rua, levando-lhes apoio diretamente no espaço público (Stamble et al., 2024). Esta abordagem emerge como resposta à exclusão prolongada de pessoas que permanecem afastadas dos serviços formais, tendo como objetivo não apenas a satisfação de necessidades imediatas, mas sobretudo a remoção de barreiras estruturais e a criação das condições necessárias para o acesso a habitação segura e acessível (Mackie et al.,2019, citado por Stamble et al., 2024).

O *Assertive Outreach* desenvolveu-se precisamente para envolver pessoas em situação de "*rough sleeping"*, atuando simultaneamente sobre os obstáculos que dificultam o acesso aos serviços sociais e aqueles que bloqueiam o acesso à habitação (Parsell, 2011, citado por Stamble et al., 2024). Apesar da diversidade de práticas, todas as abordagens partilham três princípios fundamentais: objetivo final, de modo a acabar com o Sem-Abrigo (Mackie et al., 2019, citado por Stamble et al., 2024, pp.), apoiando o acesso à habitação, e não apenas responder a necessidades básicas (Parsell and Watts, 2017, citado por Stamble et al., 2024); intervenção ativa e persistente, com equipas que procuram as pessoas na rua e constroem relação ao longo do tempo (Stamble et al., 2024); trabalho em rede multidisciplinar (Lloyd and Bassett, 2012, citado por Stamble et al., 2024), garantindo apoios flexíveis, contínuos e capazes de responder a necessidades complexas. Estes três princípios distinguem o *Assertive Outreach* das abordagens tradicionais e tornam-no uma ferramenta poderosa para intervir junto de pessoas que vivem há muito tempo na rua (Stamble et al., 2024, pp.725-726).

A abordagem de *Assertive Outreach* baseada em "ver, partilhar e apoiar" é eficaz para envolver pessoas em exclusão habitacional de longa duração, graças à colaboração multiagência e ao foco em ações concretas que facilitam o acesso à habitação (Stamble et al., 2024). Mais do que uma estratégia de contacto, esta abordagem parte do

reconhecimento de que o fenómeno do "*rough sleeping"* não resulta de falhas individuais, mas de sistemas de apoio fragmentados e inadequados, incapazes de responder de forma integrada às necessidades destas pessoas (Tsemberis et al., 2004, citado por Stamble et al., 2024, p.736).

Neste quadro, o serviço social assume um papel central na identificação e transformação de práticas institucionais que produzem exclusão, promovendo respostas baseadas na dignidade, na autonomia e na justiça social (Stamble et al., 2024). A dificuldade de envolvimento das pessoas que dormem na rua não é, assim, entendida como um problema individual, mas como o resultado de sistemas de serviços complexos, fragmentados e pouco responsivos às suas necessidades reais (Lee and Donaldson, 2018, citado por Stamble et al., 2024). O *Assertive Outreach* desloca, deste modo, a responsabilidade do indivíduo para o sistema, defendendo intervenções que reconheçam as pessoas como sujeitos de direitos e não como meros destinatários de assistência (Parsell, 2011, citado por Stamble et al., 2024).

Embora o *Assertive Outreach* e o *Housing First* partilhem valores e objetivos semelhantes, diferem quando intervêm. O *Housing First* assenta na disponibilização imediata de habitação permanente, acompanhada de apoio continuado (Stamble et al., 2024). O *Assertive Outreach*, por sua vez, atua numa fase anterior, envolvendo pessoas que dormem na rua e oferecendo apoio interdisciplinar que lhes permita, de forma informada e autónoma, aceder à habitação. Trata-se, assim, de uma abordagem complementar, que prepara, facilita e viabiliza o acesso à casa, sobretudo junto de pessoas que se encontram mais afastadas dos sistemas formais de apoio (Stamble et al., 2024, p.727).

2.5. ENIPSA e o contexto português

Em Portugal, até ao final da década de 2000, as respostas dirigidas às pessoas em situação de Sem-Abrigo eram maioritariamente asseguradas por redes informais e por organizações da sociedade civil, caracterizando-se por uma fraca coordenação estatal e por uma abordagem predominantemente assistencialista (Branco, Xerez e Lima, 2025, p.60). A criação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de

Sem-Abrigo (ENIPSA) para o período 2009-2015 marcou uma viragem, ao estabelecer a primeira estratégia nacional integrada para prevenir, intervir e monitorizar a situação de Sem-Abrigo, alinhando Portugal com as orientações europeias e inaugurando um modelo pioneiro no Sul da Europa (Branco, Xerez e Lima, 2025).

A ENIPSSA 2019-2023 (Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) procurou responder a estas limitações, assumindo de forma explícita a meta ambiciosa de erradicação do fenómeno até 2023 (Branco, Xerez e Lima, 2025, p.57). Esta orientação insere-se num quadro europeu mais amplo, no qual a Comissão Europeia definiu objetivos comuns, como a redução do tempo de permanência em centros de acolhimento, a promoção do acesso direto à habitação e o reforço de mecanismos de prevenção (Branco, Xerez e Lima, 2025). Estas medidas assentam no reconhecimento do direito à habitação como elemento central das políticas de combate ao fenómeno (Fitzpatrick e Watt, 2010, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025).

Em Portugal, as pessoas em situação de Sem-Abrigo representam 0,04% da população (OECD, 2020, citado por Branco, Xerez e Lima, 2025). Este valor, embora numericamente reduzido, reforça a ideia de que o fenómeno é politicamente solucionável, desde que acompanhado por um investimento público consistente, por políticas de habitação robustas e por uma efetiva articulação entre estratégias nacionais, modelos de intervenção baseados em evidência, como o *Housing First* e o *Assertive Outreach*, e respostas locais. A persistência do fenómeno revela, assim, menos uma impossibilidade técnica e mais os limites das opções políticas e estruturais adotadas.

2.6. Papel do Serviço Social

Paralelamente, a literatura recente tem sublinhado que o serviço social pode desempenhar um papel transformador que ultrapassa largamente a intervenção ao nível individual. Um estudo de Stamble et al. (2024) argumenta que o serviço social, enquanto ator institucional inserido nos sistemas de proteção social, pode e deve assumir uma função política e ética, orientada para a defesa de reformas estruturais, em particular no domínio da habitação. Nesta perspetiva, o serviço social não se limita a operar no interior das regras existentes, mas questiona, desafia e procura transformar

as estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades (Krumer-Nevo, 2020, citado por Stamble et al., 2024)

Este enquadramento implica uma deslocação analítica fundamental: as pessoas em situação de Sem-Abrigo deixam de ser interpretadas como indivíduos que falharam, passando a ser compreendidas como cidadãos falhados por sistemas sociais, políticos e económicos incapazes de garantir direitos fundamentais (Stamble et al., 2024). Este reconhecimento abre espaço a políticas redistributivas e a uma agenda orientada não para a gestão do Sem-Abrigo, mas para a sua erradicação. Tal visão encontra consonância com abordagens de intervenção estruturalmente orientadas, como o *Assertive Outreach*, que articulam ação no terreno com uma crítica aos sistemas fragmentados de resposta social (Stamble et al., 2024).

3. Fragilidades e desafios dos modelos atuais de intervenção

Como referido anteriormente, o estigma e a discriminação constituem barreiras sociais profundas à integração comunitária, afetando a forma como as pessoas que viveram na rua são percebidas, mas também a forma como se percecionam a si próprias enquanto membros legítimos da comunidade (Belcher e DeForge, 2012; Mejia-Lancheros et al., 2020; Schreiter et al., 2021, citado por Greenwood et al., 2023). Estas dinâmicas simbólicas e relacionais colocam limites significativos à eficácia dos modelos de intervenção, mesmo quando estes asseguram respostas formais adequadas.

Apesar da existência de serviços formais, múltiplas barreiras - incluindo a escassez de respostas, a estigmatização, a inacessibilidade geográfica (Rae e Rees, 2015; Kerman et al., 2019, citado por Stamble et al., 2024), experiências negativas (Jost et al., 2011; Rae e Rees, 2015, citado por Stamble et al., 2024), fragmentação e rigidez burocrática (Kerman et al., 2019, citado por Stamble et al., 2024) - continuam a dificultar o acesso das pessoas que dormem na rua aos serviços disponíveis (Stamble et al., 2024). Estas condições tornam quase impossível que procurem ou mantenham contacto com os serviços, acabando por excluir precisamente aqueles que mais necessitam de apoio (Stamble et al., 2024).

Os programas *Housing First* procuram contrariar esses efeitos ao promover a inserção das pessoas em habitação dispersa e integrada na comunidade, evitando soluções segregadas que reforçam a rotulagem negativa. Paralelamente, as equipas incentivam e apoiam a utilização quotidiana dos recursos locais, criando oportunidades de contacto regular e informal com vizinhos e comerciantes (Tsemberis et al., 2004, citado por Greenwood et al., 2023). No entanto, a evidência empírica sugere que, apesar dos seus efeitos positivos ao nível da estabilidade habitacional e do bem-estar, o *Housing First* enfrenta desafios significativos na promoção de uma integração comunitária efetiva.

Estudos que analisaram a integração comunitária, entendida nas suas dimensões física, social e psicológica, indicam que a disponibilização de habitação integrada não garante, por si só, a participação social ou o sentimento de pertença (Marshall et al., 2020, citado por Greenwood et al., 2023). Apenas resultados mistos foram observados ao nível da integração social, reforçando a ideia de que a casa, embora condição necessária, não é suficiente para assegurar inclusão plena. Estes achados sublinham um dos principais desafios do modelo: a necessidade de articular o acesso à habitação com apoios distais e estratégias explícitas de integração comunitária (Greenwood et al., 2023,)

A literatura confirma, ainda assim, que os participantes em programas *Housing First* apresentam níveis mais elevados de capacidades quando comparados com pessoas integradas em respostas tradicionais, sobretudo devido à possibilidade de escolha e à qualidade da habitação disponibilizada (Greenwood et al., 2021). Estes mecanismos reforçam a importância da autonomia e da segurança ontológica, mas evidenciam também que os ganhos individuais coexistem com limitações estruturais persistentes nos contextos comunitários e institucionais.

A Perspetiva do Percurso de Vida contribui para compreender estas fragilidades ao evidenciar que a situação de Sem-Abrigo deve ser entendida como um processo que se desenrola ao longo do tempo, e não como um acontecimento isolado ou súbito (Nobre, 2020).

No entanto, a sua amplitude analítica coloca desafios relevantes à operacionalização em políticas públicas e à avaliação de impacto, uma vez que a diversidade de trajetórias

dificulta a identificação de padrões consistentes e a articulação equilibrada entre agência individual e constrangimentos estruturais (Hutchison, 2011, citado por Nobre, 2020,

Em conjunto, estes limites revelam que, embora modelos como o *Housing First*, o *Assertive Outreach* e abordagens inspiradas na Perspetiva do Percurso de Vida representem avanços significativos face a respostas tradicionais, a sua eficácia permanece condicionada por fatores estruturais mais amplos. A persistência do estigma, a fragmentação dos sistemas de serviços e as limitações das políticas públicas, como as observadas no contexto da ENIPSA e no quadro europeu promovido pela FEANTSA, constituem desafios centrais que exigem respostas integradas, sustentadas e politicamente comprometidas com a erradicação, e não apenas a gestão, do Sem-Abrigo.

4. Papel do sociólogo nesta temática

O fenómeno do Sem-Abrigo constitui um dos exemplos mais evidentes da produção social da exclusão, resultando da intersecção entre desigualdades estruturais, trajetórias biográficas marcadas por cumulatividade de desvantagens e falhas persistentes nos sistemas de proteção social, habitação, saúde e emprego (Anderson e Snow, 1993; Rossi e Wright, 1987; Bento e Barreto, 2002, citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). Neste contexto, o contributo da Sociologia revela-se fundamental, não apenas para compreender o fenómeno, mas também na intervenção através de políticas públicas, práticas de intervenção e debates públicos orientados para a erradicação, e não mera gestão, do Sem-Abrigo.

O sociólogo distingue-se pela capacidade de transferir o foco da análise do indivíduo para os sistemas sociais que geram situações de vulnerabilidade. Ao contrário de leituras moralizantes ou individualizantes, a abordagem sociológica evidencia que o Sem-Abrigo não resulta de falhas pessoais, mas de processos estruturais, individuais e institucionais (Anderson e Snow, 1993; Rossi e Wright, 1987; Bento e Barreto, 2002, citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024). Esta leitura é particularmente relevante num campo historicamente marcado por respostas assistencialistas e emergenciais, que

tendem a gerir a exclusão em vez de a transformar (Marques, Piedade e Veríssimo, 2024, p.58).

A investigação sociológica permite, assim, enquadrar criticamente os modelos de intervenção existentes. Modelos como o *Housing First* ou o *Assertive Outreach* demonstram elevada eficácia na redução do Sem-Abrigo crónico e no acesso à habitação; contudo a Sociologia permite ultrapassar a simples medição de efeitos imediatos, ao questionar as condições estruturais que sustentam ou limitam a eficácia desses modelos. Questões como a escassez de habitação acessível, a instabilidade do financiamento, a pressão dos mercados imobiliários e as desigualdades territoriais emergem como fatores centrais para compreender por que razão modelos eficazes produzem resultados desiguais entre países e contextos.

Neste sentido, o sociólogo desempenha um papel crucial na análise das políticas públicas, evidenciando as tensões entre orientações normativas europeias, como as promovidas pela FEANTSA ou pelo Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e a sua tradução concreta em estratégias nacionais, como a ENIPSA em Portugal. A Sociologia permite revelar como metas ambiciosas, como a erradicação do Sem-Abrigo, coexistem frequentemente com limitações estruturais que fragilizam a sua concretização, nomeadamente a dependência de financiamento local, a insuficiente coordenação intersectorial e a ausência de políticas habitacionais robustas e integradas.

A Perspetiva do Percurso de Vida constitui outro contributo central da Sociologia para este campo, ao permitir compreender o Sem-Abrigo como um processo cumulativo e temporal, e não como um evento isolado ou episódico (Nobre, 2020, pp. 337-338). Ao analisar trajetórias marcadas por ruturas familiares, desemprego, doença, institucionalização ou precariedade habitacional, o sociólogo evidencia como vulnerabilidades se acumulam e se reforçam ao longo do tempo. Esta abordagem reforça a importância de políticas preventivas e estruturais, orientadas para momentos-chave das trajetórias de vida, em oposição a respostas tardias, fragmentadas e essencialmente paliativas.

Paralelamente, a Sociologia desempenha um papel essencial na análise do estigma e da exclusão simbólica associados ao Sem-Abrigo. Ao estudar os processos de rotulagem, discriminação e deslegitimação social, o sociólogo contribui para compreender como o estigma afeta não apenas o acesso a recursos, mas também a auto-perceção, a participação comunitária e o exercício pleno da cidadania. Esta dimensão simbólica da exclusão é particularmente relevante na avaliação dos limites de modelos como o *Housing First*, demonstrando que o acesso à habitação, embora indispensável, não é suficiente para garantir integração social, pertença e reconhecimento.

Para além da produção de conhecimento, o papel do sociólogo estende-se à intervenção no espaço público e político. A Sociologia, enquanto disciplina crítica, contribui para questionar narrativas dominantes, influenciar o desenho de políticas públicas e promover uma agenda orientada para os direitos sociais, a justiça distributiva e a transformação estrutural. Neste sentido, o sociólogo atua como mediador entre investigação académica, decisores políticos e sociedade civil, traduzindo evidência científica em diagnósticos socialmente relevantes e politicamente informados.

Finalmente, o contributo da Sociologia é decisivo para apoiar uma verdadeira mudança de paradigma na forma como o Sem-Abrigo é entendido e enfrentado: de um problema individual para um fracasso do sistema. Ao evidenciar que as pessoas em situação de Sem-Abrigo são cidadãos excluídos por sistemas que falharam em garantir direitos fundamentais, nomeadamente o direito à habitação, a Sociologia reforça a necessidade de políticas estruturais, redistributivas e integradas.

III. Enquadramento metodológico

1. Objetivos e questão central da investigação

O presente estudo procura compreender a situação de Sem-Abrigo enquanto fenómeno social complexo, multidimensional e temporalmente acumulativo. Partindo de uma perspetiva que entende a vida na rua não apenas como ausência de habitação, mas como uma condição social atravessada por desigualdades estruturais, vulnerabilidades cumulativas e limitações no acesso efetivo à cidadania, este trabalho centra-se na análise de como as pessoas em situação de Sem-Abrigo vivem e organizam o quotidiano, experienciam o tempo e constroem estratégias de sobrevivência, considerando as temporalidades da rua e os processos de envelhecimento em contexto de vulnerabilidade extrema.

Os objetivos centrais desta investigação consistem em:

I. Compreender as temporalidades da vida na rua
    a. Identificar como as pessoas em situação de Sem-Abrigo estruturam o quotidiano, marcado por esperas, rotinas impostas e ausência de horizontes estáveis.
    b. Explorar a diferença entre o "tempo institucional" (condicionado por abrigos, cantinas, serviços sociais) e o "tempo vivido" (estratégias individuais de sobrevivência).

II. Explorar a relação entre envelhecimento e exclusão social
    a. Analisar os desafios específicos do envelhecimento sem habitação.
    b. Comparar experiências geracionais, evidenciando como a idade influencia as possibilidades de resistência, reintegração ou resignação.

III. Investigar narrativas sobre futuro e esperança
    a. Examinar como as pessoas Sem-Abrigo pensam, sonham ou rejeitam o futuro.
    b. Avaliar a esperança como recurso simbólico essencial à sobrevivência e ao processo de reintegração social.

Neste sentido, a investigação orienta-se pela seguinte questão central: "De que forma as pessoas em situação de Sem-Abrigo experienciam, organizam e significam o tempo, no quotidiano, no envelhecimento e nas expectativas de futuro, e que implicações têm para a compreensão sociológica da exclusão social?"

2. Opção metodológica

Atendendo à natureza do objeto de estudo e aos objetivos definidos, optou-se por uma abordagem metodológica de natureza qualitativa. Esta opção justifica-se pelo interesse em compreender experiências subjetivas, trajetórias biográficas, práticas quotidianas e significados atribuídos pelos próprios sujeitos à sua condição.

A partir desta abordagem pretendeu-se privilegiar a compreensão aprofundada dos discursos, das narrativas e das interpretações produzidas pelos participantes relativamente às suas trajetórias e condições de vida, visto derivarem de fenómenos complexos e multifacetados, como é a exclusão habitacional, permitindo captar a articulação entre fatores estruturais, institucionais e biográficos. Assim, a situação de Sem-Abrigo não pode ser reduzida a indicadores quantitativos, categorias administrativas ou generalizações estatísticas, exigindo uma análise compreensiva e interpretativa das experiências vividas, das temporalidades da exclusão e das estratégias quotidianas desenvolvidas pelos sujeitos em contextos de elevada precariedade.

Numa perspetiva epistemológica, esta investigação aproxima-se de uma perspetiva interpretativa e compreensiva, valorizando os significados produzidos pelos atores sociais e reconhecendo a importância das trajetórias individuais na construção da experiência social. Simultaneamente, assume-se uma leitura sociológica crítica que procura relacionar os discursos e experiências individuais com os contextos estruturais mais amplos em que estes se produzem, nomeadamente desigualdades sociais, políticas habitacionais existentes, respostas institucionais e mecanismos de exclusão social.

A investigação parte igualmente do pressuposto de que a realidade social é dinâmica, relacional e processual, sendo a situação de Sem-Abrigo entendida como um fenómeno

social construído ao longo do tempo, através da acumulação de vulnerabilidades, ruturas sociais e limitações no acesso efetivo a direitos fundamentais.

3. Técnicas de recolha de informação

A principal técnica de recolha de informação utilizada nesta investigação consistiu na realização de 8 entrevistas semiestruturadas, em profundidade, a pessoas que já tinham estado em situação de Sem-Abrigo.

A escolha desta técnica deve-se ao facto de ser flexível e pela possibilidade de aprofundamento das experiências, significados e narrativas individuais, permitindo simultaneamente assegurar alguma comparabilidade entre os diferentes testemunhos recolhidos. As entrevistas semiestruturadas possibilitam explorar temas previamente definidos sem limitar excessivamente a espontaneidade do discurso dos participantes, favorecendo a emergência de dimensões inesperadas relevantes para a investigação.

O guião de entrevista (Anexo 1 – Guião de entrevista) foi construído a partir dos objetivos e da questão central da investigação e do enquadramento teórico desenvolvido, incidindo sobre diferentes dimensões da experiência da situação de Sem-Abrigo, nomeadamente: trajetórias de vida; percursos de entrada na situação de Sem-Abrigo; experiências quotidianas da vida na rua; relação com instituições e serviços; estratégias de sobrevivência; experiências de exclusão e estigmatização; perceções sobre o tempo, o envelhecimento e o futuro.

Embora as entrevistas tenham sido conduzidas segundo uma abordagem em profundidade, a sua duração média foi de aproximadamente 25 minutos. Este valor deve, contudo, ser interpretado tendo em consideração a duração da entrevista realizada ao Entrevistado 8, que foi de apenas 7 minutos, influenciando a média global das entrevistas.

O local de realização das entrevistas foi nas instituições que serviam como local de residência ou ponte para obter o mesmo. Com estas, procurou-se criar um ambiente de escuta, respeito e confiança, reconhecendo a sensibilidade dos temas abordados e a vulnerabilidade social associada às experiências relatadas.

Todas as entrevistas foram gravadas, com a devida autorização dos participantes, em suporte áudio, sendo posteriormente transcritas integralmente para efeitos de análise. Após a análise e transcrição, as gravações foram eliminadas.

Com o intuito de salvaguardar o anonimato dos participantes e assegurar a confidencialidade dos dados recolhidos, optou-se por não apresentar a sua caracterização sociodemográfica, evitando, assim, a divulgação de informações que pudessem contribuir para a sua identificação.

4. Participantes e critérios de seleção

Os participantes desta investigação foram identificados através da Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro) e da Cáritas Diocesana de Aveiro, instituições que desenvolvem intervenção junto de pessoas em situação de Sem-Abrigo. Privilegiou-se a participação de indivíduos que experienciaram, em algum momento da sua vida, uma situação de Sem-Abrigo.

Tal como referido anteriormente, o acesso ao terreno foi mediado por estas instituições de apoio social, cuja colaboração se revelou fundamental para facilitar o contacto com potenciais participantes e assegurar condições éticas e logísticas adequadas à realização da investigação.

Os critérios de inclusão definidos para o estudo foram:

- Ter experiência atual ou passada de situação de Sem-Abrigo;
- Manifestar disponibilidade e prestar consentimento para participar na investigação;
- Possuir capacidade de comunicação e de partilha da experiência vivida.

Embora a investigação não tenha como objetivo a obtenção de representatividade estatística, procurou-se assegurar uma diversidade de percursos e experiências que permitisse uma compreensão mais abrangente do fenómeno em estudo. Neste sentido, foi utilizada uma amostragem por conveniência, uma vez que os participantes foram incluídos através das instituições que autorizaram a realização da investigação, em

função da sua disponibilidade e aceitação voluntária para participar, não tendo sido adotado qualquer procedimento de seleção aleatória.

5. Procedimentos de análise da informação

Os dados recolhidos através das entrevistas foram analisados através de análise temática de inspiração qualitativa. Esta abordagem permitiu identificar padrões, regularidades, significados e categorias relevantes presentes nos discursos dos participantes, articulando-os com os objetivos da investigação e com o enquadramento teórico desenvolvido.

Numa primeira fase, como dito anteriormente, procedeu-se à transcrição integral das entrevistas e procurou-se uma familiarização aprofundada com os conteúdos recolhidos. Posteriormente, realizou-se um processo de codificação temática, através da identificação de unidades de significado associadas às diferentes dimensões analíticas da investigação.

A construção das categorias analíticas resultou, simultaneamente, dos objetivos e conceitos definidos teoricamente e dos temas emergentes nos discursos dos participantes (Anexo 2 - Grelha de análise temática das entrevistas; Anexo 3 - Relação entre a grelha de análise temática das entrevistas e as sub-categorias associadas a cada uma das mesmas).

Entre as principais categorias analisadas destacam-se: percurso e entrada na situação; quotidiano e vivência do tempo; relação com instituições e organização do tempo; envelhecimento e impacto do tempo; futuro e horizontes temporais (na situação de Sem-Abrigo; na atualidade, na instituição).

A análise procurou manter uma articulação constante entre os discursos individuais e os contextos sociais mais amplos em que estes se inscrevem, evitando interpretações individualizantes da situação de Sem-Abrigo. Neste sentido, os testemunhos recolhidos foram interpretados enquanto expressões de experiências socialmente situadas.

6. Considerações éticas

A investigação com populações em situação de vulnerabilidade social exige particular atenção às questões éticas associadas ao processo de recolha e utilização da informação. Neste sentido, ao longo de toda a investigação foram adotados procedimentos destinados a garantir o respeito pela dignidade, autonomia e privacidade dos participantes.

Antes da realização das entrevistas, todos os participantes foram informados sobre os objetivos da investigação, os temas abordados, as condições de participação e a possibilidade de desistirem da investigação em qualquer momento, sem qualquer consequência negativa. A participação foi inteiramente voluntária e baseada no consentimento informado escrito dos participantes (Anexo 4 - Consentimento informado).

Foi garantida a confidencialidade de toda a informação recolhida. Para esse efeito, foram utilizados números como identificação dos entrevistados e eliminados elementos potencialmente identificativos das narrativas apresentadas.

Atendendo à natureza sensível dos temas abordados, procurou-se igualmente assegurar uma postura ética baseada na escuta respeitosa e no reconhecimento da vulnerabilidade social dos participantes. A condução das entrevistas procurou evitar situações de exposição emocional excessiva ou revitimização.

A investigação procurou ainda reconhecer os participantes não apenas como objetos de estudo, mas como sujeitos produtores de conhecimento sobre a realidade social da situação de Sem-Abrigo.

7. Limitações da investigação

Apesar da relevância dos dados recolhidos e da profundidade analítica proporcionada pela metodologia qualitativa, esta investigação apresenta algumas limitações que importa reconhecer.

Em primeiro lugar, a dimensão reduzida da amostra e o caráter não probabilístico da seleção dos participantes impedem qualquer generalização estatística dos resultados obtidos. O objetivo desta investigação não consiste, contudo, em produzir

representatividade estatística, mas em compreender aprofundadamente experiências e significados associados à situação de Sem-Abrigo.

Em segundo lugar, o acesso ao terreno revelou algumas dificuldades decorrentes da própria instabilidade associada às trajetórias de vida das pessoas em situação de Sem-Abrigo. Mais especificamente, a irregularidade da presença dos participantes na instituição dificultou, em alguns casos, a realização das entrevistas e contribuiu para um prolongamento do processo de recolha de informação.

Importa ainda reconhecer que os discursos produzidos nas entrevistas correspondem a narrativas subjetivas e situadas, influenciadas pelos contextos relacionais em que foram construídas. Contudo, longe de constituir uma limitação exclusivamente negativa, esta dimensão subjetiva representa precisamente um dos elementos centrais da abordagem qualitativa adotada.

Por fim, importa sublinhar que a complexidade e heterogeneidade do fenómeno da situação de Sem-Abrigo impossibilitam uma compreensão totalizante da realidade estudada. Ainda assim, considera-se que a investigação contribui para aprofundar o conhecimento sociológico sobre a exclusão habitacional, particularmente no que respeita às temporalidades da exclusão, aos quotidianos da vida na rua e às experiências de envelhecimento em contexto de vulnerabilidade social extrema.

IV. Enquadramento empírico

1. Percurso e entrada na situação: trajetórias marcadas por ruturas acumuladas

A entrada na situação de Sem-Abrigo configura-se, nos percursos analisados, não como o resultado de um evento isolado ou súbito, mas como um processo cumulativo de vulnerabilização, marcado pela interdependência de múltiplos fatores de risco. Estas trajetórias assumem um caráter complexo e não linear, sendo atravessadas por sucessivos momentos de rutura que, ao reforçarem-se mutuamente, comprometem progressivamente a capacidade dos indivíduos para assegurar condições de vida estáveis. Esta leitura confirma a relevância da Perspetiva do Percurso de Vida, ao demonstrar que a situação de Sem-Abrigo resulta frequentemente da acumulação de desvantagens em diferentes esferas da vida (Grenier, Barken e McGrath, 2016a; Lacey et al., 2016, citado por Nobre, 2020).

Um dos fatores mais frequentemente identificados pelos participantes prende-se com a precariedade económica e laboral. A perda de emprego, a instabilidade das relações laborais ou a incapacidade física para continuar a exercer atividade profissional surgem como momentos críticos nos percursos relatados. Em vários casos, o trabalho constituía o principal mecanismo de acesso à habitação, pelo que a perda de rendimentos desencadeou dificuldades crescentes no pagamento da renda e na manutenção de condições mínimas de subsistência. Como sintetizam E3 “fiquei na rua porque não tive trabalho, não tinha dinheiro para pagar o quarto, tive que vir para a rua, dormir na rua” e E7 “Apareceu uma hérnia na coluna e eu ao primeiro não liguei muito [...] quando se vai a descobrir eu tinha duas hérnias na coluna [...] eu tenho que deixar a construção civil, que eu não me atrevo, que não estou a ganhar. Já estou há uns meses parado, estou à dois ou quê, que não estou a ganhar e não me aguento… só a renda da casa e tudo.”.

Assim, percebe-se que a ausência de rendimentos estáveis conduz, assim, à incapacidade de suportar despesas básicas, nomeadamente o pagamento de rendas, funcionando como um ponto crítico de transição para situações de maior exclusão. Estes

resultados confirmam a literatura que identifica a precariedade económica e o desemprego como dimensões centrais dos processos de desqualificação social associados ao Sem-Abrigo (Paugam, 2006, citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024, p. 58).

Articulado com esta dimensão, destaca-se o papel das ruturas nas redes de apoio, particularmente ao nível familiar e conjugal. Em vários casos, a perda ou enfraquecimento dos laços familiares e sociais reduziu significativamente a disponibilidade de recursos informais capazes de mitigar situações de crise Quando associadas à precariedade económica ou a problemas de saúde, estas ruturas contribuíram para agravar processos de isolamento social e vulnerabilidade. A ausência de redes de suporte revela-se particularmente relevante porque limita a capacidade dos indivíduos para mobilizar ajuda em momentos de maior fragilidade, aumentando o risco de exclusão habitacional. Esta evidência empírica está alinhada com a perspetiva teórica que sublinha a dimensão relacional da exclusão social, marcada pela perda de vínculos e pelo afastamento das redes de pertença (Fontes, 2012, citado por Fernandes et al., 2023).

Os entrevistados E1 “eu vivia numa casa de renda com uma pessoa que já faleceu e a casa onde eu vivia era uma boa casa, assim pequena, pagava quatrocentos e tal euros de renda e eu não tinha rendimentos para pagar.”, E2 “Eu estava bem até, pronto, até conhecer a mulher que estive junto. Pronto, e então acabamos, pronto. Por nos deixarmos, foi o que me trouxe a essa situação” e E6 “O meu processo foi...O divórcio. E depois eu quis me afastar da, de casa, da terra onde estava e… E da pessoa em si e mudei de sítio” afirmam que separações, conflitos ou afastamentos progressivos contribuem para a erosão das redes de suporte social, reduzindo as possibilidades de acolhimento ou ajuda em momentos de crise.

As dificuldades no acesso e manutenção da habitação constituem igualmente um elemento transversal às trajetórias analisadas. Segundo o que é salientado nos relatos dos participantes, percebe-se que a entrada na situação de Sem-Abrigo não decorre apenas da inexistência de alojamento, mas também da crescente dificuldade em garantir condições habitacionais adequadas num contexto marcado pela precariedade

económica e pela insuficiência de alternativas acessíveis. A perda da habitação surge frequentemente como resultado de processos anteriores de vulnerabilização, e não como o seu ponto de partida.

Após a perda da habitação, os participantes mobilizaram diversas estratégias de sobrevivência para responder às exigências imediatas do quotidiano. Os testemunhos referem estadias temporárias em casas de familiares ou conhecidos, permanência em quartos arrendados de forma precária, ocupação de edifícios abandonados ou pernoita em espaços públicos, como E1 "Depois estive em casa de um amigo [...] Estive lá numa pensão, lá. Depois estive em Espinho, numa residencial, até arranjarem depois uma vaga para aqui, e eu vir para cá", E2 "Já, já estive aqui no CAT. E já fui expulso daqui. [...] É, fui e voltei a Espanha. Voltei a, de Espanha sem, sem receber. Voltei a vir para a rua. Voltei a vir pedir ajuda. Voltei, pronto, voltaram-me a ajudar. Pronto, e agora estou outra vez com o… pronto, e apoiaram-me e, e agora já estou outra vez, é, pronto, mais, na instituição.", E3 "Automaticamente, eu dirigi-me à minha Segurança, a minha técnica de Segurança Social, ela arranjou-me um quarto. Já corri praticamente todos. Ela arranjou-me um quarto, diz apartamentos individualmente, um quarto para mim, um quarto para o outro e pronto.", E4 "Eu estava na CESDA, depois da CESDA. Estive lá um ano e meio. Depois arranjaram o quarto. Depois estive aqui num quarto em Aveiro. Depois de Aveiro. Depois aqui em Aveiro. Do quarto. Foi pra outro. […] Depois o quarto foi para outro, sozinha também. Depois desse quarto voltei outra vez para a rua [...] Depois daí as Cáritas, me ajudaram muito […] os apartamentos partilhados", E5 "Inscrevi-me em lares e residencial e não consegui, epá e depois não pode ser e tal, e eu vi e peguei nas minhas coisas e vim aqui para Aveiro e que já conhecia isto aqui em Aveiro, já estive a 1ª e 2ª e agora é a 3ª, que estou aqui nas Cáritas.", E6 "E, e comecei a ir pra associações e, e sítios onde não pagava renda, não pagava nada. Foi assim que comecei" e E7 "Recorri aqui à Cáritas. A Cáritas ajudou-me, arranjou-me um quarto no Bonsucesso, perto do Abílio dos Frangos. E eu fui para lá. Só que aquilo era uma casa particular".

Desta forma, é possível concluir que estas estratégias evidenciam a capacidade de adaptação dos indivíduos perante contextos de extrema vulnerabilidade, como descrito

por Aldeia (2019), Fernandes et al. (2023) e Greenwood et al. (2021). Face à ausência de respostas formais adequadas ou acessíveis, os entrevistados recorrem a diversas estratégias informais de sobrevivência, particularmente no que diz respeito ao acesso a abrigo, como a permanência temporária junto de familiares ou conhecidos, a ocupação de espaços abandonados ou a utilização de outros locais precários para pernoitar.

Contudo, e tal como referido por Marques, Piedade e Veríssimo (2024), não devem ser interpretadas como soluções estáveis ou eficazes, mas antes como respostas provisórias a constrangimentos estruturais e à insuficiência das respostas sociais disponíveis para prevenir ou interromper processos de exclusão habitacional. A sua natureza precária evidencia simultaneamente a capacidade de ação dos sujeitos e os limites impostos pelas condições sociais e habitacionais em que se encontram, demonstrando que a agência é exercida no interior de contextos marcados por profundas desigualdades e vulnerabilidades. Esta dinâmica confirma as críticas às definições restritas de Sem-Abrigo, que tendem a invisibilizar formas menos visíveis de exclusão habitacional (Edgar e Doherty, 2001; Pleace, 2016b, citado por Nobre, 2020).

Para além disso, a permanência em espaços públicos ou improvisados constitui uma dimensão central destas estratégias, sendo relatado que “dormir era onde calhava […] um canto aqui, amanhã era outro sítio” (E2), ou ainda que “estava a dormir numa paragem” (E5). Outros participantes descrevem a utilização de casas abandonadas ou estruturas precárias, referindo que “entrava na casa abandonada […] para não dar muito nas vistas” (E3) ou que “nós entrava em casas para dormir” (E4).

Estas práticas implicam frequentemente uma adaptação ativa ao espaço, evidenciando formas de agência, mesmo em condições de forte constrangimento. Tal como referido na literatura, a agência deve ser entendida como ação situada, exercida dentro de limites estruturais e não como liberdade plena de escolha (Aldeia, 2019; Fernandes et al., 2023; Greenwood et al., 2021), como ilustra o relato de um entrevistado que explica ter organizado um local para dormir, afirmando “faço aqui uma taboazita […] tenho de dormir é a um lado” (E7). De forma semelhante, outros participantes relatam situações de permanência forçada em espaços exteriores, como quando um entrevistado refere

que “mandava dormir cá fora no pátio” (E8), evidenciando a vulnerabilidade associada à ausência de alternativas.

No seu conjunto, estes relatos demonstram não só a diversidade de estratégias informais mobilizadas, mas também a sua natureza precária e instável, refletindo, simultaneamente, a capacidade de adaptação dos indivíduos e a insuficiência das respostas institucionais disponíveis.

Os problemas de saúde física e mental constituem igualmente um elemento estruturante nestas trajetórias: o consumo de álcool e outras substâncias aparece frequentemente como estratégia de *coping* a situações de sofrimento, embora acabe por agravar a exclusão social e comprometer processos de reintegração. Verifica-se, assim, uma relação circular entre saúde e Sem-Abrigo, confirmando a ideia de uma deterioração crescente que afeta dimensões físicas, emocionais e sociais (Goodman, 1991; Gwadz, Nish, Leonard, e Strauss, 2007; Hopper, Bassuk, e Olivet, 2010; McNaughton, 2008, citado por Greenwood et al., 2021, p.316). Os entrevistados E2 “tive aí tempos duros, tempos duros que, que me levaram já álcool, álcool e essas coisas assim”, E3 “o vinho estava a dar cabo da saúde e estava-me a dar cabo da carteira. […] você tem uma opção: ou quer o vinho, ou quer ir outra vez para a rua.’ E eu disse: ‘Não, Doutora, eu prefiro fazer o tratamento ao álcool.’ ”, E4 “deixei de tomar o injetável e a medicação na altura, isto em 2013. Deixei de tomar isso tudo. E dá para fazer asneiras, dá para roubar, porque sou… tinha cleptomania. Dá para fazer roubos [...] Fiz um assalto.”, E5 “E eu cheguei a meio e já não consegui, com os meus problemas de coluna, estava a arrastar-me todo, não acabei o contrato”, E7 “mas olha, o motivo de me perguntares porque é que eu vim pra rua foi por causa da doença. Porque se não fosse por causa da doença, eu não tinha necessidade. A doença e depois o álcool, mas tu… eu não vou te dizer que não, também tudo contribui” e E8 “E depois andei também a fazer o tratamento ao álcool”, evidenciaram que doenças crónicas, limitações físicas e perturbações psiquiátricas (como a bipolaridade e a cleptomania) surgem não apenas como fatores que dificultam a manutenção de emprego, mas também como elementos que contribuem para a rutura de relações sociais e familiares.

Em síntese, os percursos analisados confirmam que a situação de Sem-Abrigo deve ser entendida como um processo social construído ao longo do tempo, marcado pela acumulação de vulnerabilidades e pela interação entre fatores biográficos e estruturais. Mais do que resultado de escolhas individuais, a exclusão habitacional emerge da conjugação de constrangimentos económicos, fragilidades relacionais, problemas de saúde e dificuldades persistentes no acesso a recursos fundamentais. Esta leitura reforça a necessidade de compreender o fenómeno numa perspetiva processual e multidimensional, afastando interpretações simplistas ou monocausais e evidenciando que o Sem-Abrigo resulta da interação entre fatores individuais e estruturais ao longo do tempo (Fitzpatrick, 2005; Somerville, 2013; Pleace, 2016a, citado por Nobre, 2020).

2. Quotidiano e vivência do tempo: sobrevivência, instabilidade e desgaste

O quotidiano em situação de Sem-Abrigo configura-se, nos percursos analisados, como uma experiência marcada por uma instabilidade persistente que condiciona a organização do tempo e a construção de rotinas minimamente estáveis. Longe de obedecer a uma lógica previsível e estruturada, o quotidiano é constantemente reorganizado em função das necessidades imediatas de sobrevivência, nomeadamente o acesso à alimentação, à higiene, ao descanso e à segurança. Os relatos recolhidos evidenciam uma experiência quotidiana fortemente condicionada pela necessidade de responder a exigências imediatas de sobrevivência, aspeto que encontra eco nas análises de Aldeia (2019), Fernandes et al. (2023) e Greenwood et al. (2021) sobre os constrangimentos estruturais associados à situação de Sem-Abrigo.

Os discursos dos participantes revelam que a vida quotidiana se organiza sobretudo em torno da gestão do imediato. A procura de locais para permanecer durante o dia, a necessidade de encontrar abrigo para a noite ou o acesso a recursos básicos ocupam uma parte significativa do tempo disponível, reduzindo a possibilidade de construir rotinas estáveis ou desenvolver projetos de médio e longo prazo. Como referem “O meu dia a dia era andar por aí para trás para a frente, que corri a cidade Aveiro toda” (E2), “Entrava na barracas, lá na casa abandonada quando fazia de noite, quando era lá pra

meia-noite, onze horas. Para não dar muito nas vistas." (E3) e "Oh pá, não fazia, quer dizer, ia comer, andava, caminhava no meu vagar, não é? Sem poder. É, ia comer, vá, ia dar umas voltas, ia pro pórtico, para o rossio. A minha vida era, era assim." (E5).

Neste sentido, o quotidiano deixa de ser organizado por instituições sociais, passando a ser estruturado pelas exigências imediatas da sobrevivência, a partir da satisfação de necessidades básicas, ou seja, grande parte do dia é consumida na procura de recursos essenciais, o que limita significativamente a possibilidade de investimento noutras dimensões da vida, como o trabalho, as relações sociais ou a participação em atividades estruturadas, como referem vários entrevistados, e como analisado por Aldeia (2019) e Fernandes et al. (2023).

Esta reorganização das prioridades conduz a uma compressão do tempo vivido, reduzido a uma sucessão de tarefas indispensáveis à manutenção da vida, em detrimento de qualquer lógica de planeamento ou projeção futura, tal como enunciado anteriormente por Aldeia (2019) e Fernandes et al. (2023). "Dormir era onde calhava. Era, era um canto aqui, amanhã era outro sítio, amanhã… não tinha sítio certo para dormir. Andava com o saco às costas. Uma manta, pronto, era onde calhava. Era...não havia sítio." (E2) e "ia à Cáritas comer, porque levava as senhas daqui… o comer lá era às 7, a partir das 6 até às sete e meia. Ao meio dia, era do meio dia e meia até à uma… Portanto, enquanto estava a comer, estava ocupado, também eu como rápido, também não estava lá a fazer a hora, porque… depois durante o dia, era tu acordares logo cedo, antes de muita gente estar-te a ver…" (E7). Em contraste, o entrevistado (E6) descreve uma rotina distinta: "É normal como esta. Cumprir horários, dormir, comer, ir à procura de trabalho, pra… fazer formações, fiz várias. Rotinas normais."

Paralelamente, os dados evidenciam a existência de uma gestão estratégica da visibilidade, através da qual os indivíduos regulam a sua presença no espaço público em função de critérios de segurança, aceitação social e minimização do estigma. Esta gestão implica uma utilização seletiva dos espaços urbanos e uma adaptação dos ritmos diários, nomeadamente no que diz respeito aos horários de permanência e circulação. Tal comportamento pode ser compreendido à luz da literatura que descreve a vida na rua como um contexto de exposição permanente, vigilância e necessidade constante de

adaptação, onde a gestão do corpo e da presença no espaço público assume centralidade (Fernandes et al., 2023, p. 100). Como é possível inferir a partir dos discursos, evitar determinados locais ou momentos do dia constitui uma forma de reduzir a exposição a situações de conflito, discriminação ou intervenção institucional indesejada, revelando uma dimensão tática na organização do quotidiano. “Entrava na barracas, lá na casa abandonada quando fazia de noite, quando era lá pra meia-noite, onze horas. Para não dar muito nas vistas. Entrando aí, pronto. De manhã às sete horas da manhã saía e só voltava àquelas horas.” (E3), “era tu acordares logo cedo, antes de muita gente estar-te a ver… porque não vai estar a espreguiçar-te numa varanda, num hall de entrada, né? E antes que as pessoas venham para o autocarro, tu tens de estar a pé… Senão, tu queres é que ninguém te incomode, e que as pessoas não saibam que estás ali, mas sabem sempre… nunca estás descansado, quanto mais de noite” (E7).

A vivência quotidiana é igualmente atravessada por condições de privação e insegurança, particularmente evidentes no período noturno. A ausência de um espaço seguro e estável para descanso compromete não apenas a qualidade do sono, mas também a sensação de segurança, conduzindo a estados de vigilância constante. Como relatado por vários participantes, a necessidade de permanecer alerta face a potenciais ameaças dificulta o descanso efetivo, contribuindo para um desgaste físico progressivo. Este cansaço acumulado repercute-se, por sua vez, na capacidade de lidar com as exigências do quotidiano, reforçando o ciclo de vulnerabilidade. “Estava sempre cheio de medo, estava morto por... Tinha medo, era logo quando anoitecia, que era a cair a noite, tinha logo medo. Quando entrava para dentro, também medo tinha. Ao entrar também tinha medo, e tenho de lá ficar, estava sozinho, e era muito complicado.” (E3). Estes cenários confirmam a perspetiva de que a vida na rua envolve uma exposição contínua a vulnerabilidades físicas e emocionais, com impactos acumulativos no bem-estar dos indivíduos (Nooe e Patterson, 2010, citado por Fernandes et al., 2023, p. 89).

Apesar deste contexto adverso, emergem formas de suporte relacional, quer através de redes informais entre pessoas em situação semelhante, “Não, não tinha um sítio para dormir. Não tinha sítio para dormir. Porque eu ficava num sítio, nunca ficava sozinha, procurava sempre onde é que tinha também Sem-Abrigos, para dormir.” (E4), quer por

via do recurso a instituições de apoio social "Comer, ia comer à cantina, Santiago." (E3), "Na rua tínhamos banho. [...] Das Florinhas do Vouga. As Florinhas do Vouga, nós tínhamos banho marcado, nós íamos lá, marcávamos, íamos tomar banho, nós dávamos roupa, porque nós não tínhamos roupa na rua, nós dávamos roupa. Tínhamos comida na cozinha social, na Florinhas do Vouga também, na cantina. Íamos lá comer, almoçar e jantar." (E4), "Em Santiago, tem uma casa, uma coisa para tomar banho. [...] das Florinhas." (E5) e "Ia à Cáritas comer, porque levava as senhas daqui" (E7). Estas redes assumem um papel relevante na mitigação das dificuldades quotidianas, possibilitando o acesso a recursos básicos e introduzindo alguma previsibilidade num quotidiano tendencialmente instável. No entanto, a sua natureza frequentemente contingente e limitada impede que funcionem como mecanismos de estabilização duradoura, mantendo os indivíduos numa posição de elevada vulnerabilidade. Esta ambivalência reflete a leitura teórica segundo a qual a exclusão social associada ao Sem-Abrigo envolve simultaneamente processos de marginalização e tentativas de reconstrução de vínculos sociais (Busch-Geertsema et al., 2010, citado por Fernandes et al., 2023).

Por fim, o quotidiano em situação de Sem-Abrigo revela um significativo impacto ao nível psicológico, associado à repetição de práticas centradas na sobrevivência e à ausência de perspetivas de mudança. Discursos como: "E chega um ponto em que ficas saturado, que já nem queres saber da vida para nada, só queres é matar-te, ou qualquer coisa parecida… tu vês-te desesperado a tal ponto, que pensas assim: então, o que é que eu ando aqui a fazer? isto é alguma vida? vês as pessoas a passar, queres sorrir, mas não te apetece, queres, queres, olha eu sei lá… o que é que tu queres… não pos… não queres é nada… queres é desaparecer" (E7) evidenciam sentimentos de isolamento, desânimo e perda de sentido, que se articulam com uma retração do horizonte temporal. O tempo deixa de ser percecionado como um recurso orientado para o futuro, passando a ser vivido quase exclusivamente no presente imediato, tal como referido por Aldeia (2019) e Fernandes et al. (2023), "Era viver no dia a dia." (E1), "O futuro, o futuro que, que eu quando tava na rua, o futuro pra mim não existia." (E2) e "Não pensava no futuro, pensava no dia a dia." (E6).

3. Relações com instituições: ambivalência entre suporte e controlo

Como dito anteriormente, as instituições de apoio social, nomeadamente organizações como a Cáritas e os serviços de ação social, assumem um papel central nos percursos analisados, constituindo-se como atores estruturantes na gestão da vulnerabilidade associada à situação de Sem-Abrigo, em consonância com o que é exposto por Magwood et al. e Omerov et al. (2019; 2020, citado por Reilly, Ho e Williamson, 2022). A sua intervenção revela-se particularmente relevante num contexto em que os indivíduos se encontram privados de recursos materiais e de redes de suporte estáveis, funcionando como um dos principais e, em muitos casos, únicos mecanismos de acesso a condições mínimas de subsistência.

Desde logo, estas instituições configuram-se como uma fonte de apoio essencial, assegurando o acesso a bens e serviços básicos, como alimentação, higiene e, em alguns casos, alojamento temporário: “E eu estive em casa deles um ano, até a doutora, a minha doutora da Câmara, lá de Albergaria-a-Velha me arranjar para onde ir.” (E1) e “Dormi lá essa noite, deram-me de comer, dormi lá essa noite. Arranjaram-me uma maca, ‘O Sr. fica aqui a dormir esta noite, que de manhã a gente… tá aí o assistente social, vai falar consigo, não sei o quê’.” (E7). Para além da dimensão material, destaca-se igualmente o acompanhamento técnico, que introduz algum grau de estruturação nos percursos dos indivíduos, nomeadamente através da definição de planos de intervenção e da mediação no acesso a respostas sociais. Este apoio contribui para atenuar a instabilidade quotidiana, permitindo a construção de referências mínimas num contexto tendencialmente marcado pela imprevisibilidade. No entanto, tal como aponta a literatura, estas respostas tendem a incidir sobretudo nas consequências da exclusão, não atuando de forma estrutural sobre as suas causas (Marques, Piedade e Veríssimo, 2024)

Simultaneamente, e como dito anteriormente, as instituições desempenham um papel de mediação na gestão de recursos, particularmente evidente em situações em que existem problemáticas associadas ao consumo de álcool ou outras substâncias. Nestes casos, o acompanhamento institucional pode implicar formas de supervisão ou controlo

sobre a utilização de rendimentos, com o objetivo de promover maior estabilidade e prevenir comportamentos considerados de risco. Esta dimensão revela uma intervenção que ultrapassa o apoio direto, assumindo também uma função reguladora dos comportamentos individuais. Como verificado no discurso do entrevistado 3, que referiu: "E ela disse […] 'se você continuar assim, você vai cair na rua. Então, você tem uma opção: ou quer o vinho, ou quer ir outra vez para a rua.' E eu disse: 'Não, Doutora, eu prefiro fazer o tratamento ao álcool.' E a partir daí, de hoje a amanhã, daí para diante, a doutora pode ficar com o meu dinheiro, porque senão eu gasto-o todo, no vinho." (E3).

Paralelamente, as instituições surgem como agentes facilitadores de processos de reintegração social, apoiando os indivíduos na procura de habitação, inserção profissional ou acesso a prestações sociais. Este trabalho de mediação com outros sistemas institucionais (mercado de trabalho, segurança social, habitação) é fundamental para possibilitar percursos de saída da situação de Sem-Abrigo. Contudo, os dados evidenciam que estes processos são frequentemente marcados por descontinuidades, exigências burocráticas e limitações no acesso às respostas disponíveis.

Esta relação entre os indivíduos e as instituições não se configura de forma linear ou isenta de tensões, sendo marcada por uma significativa ambivalência, como demonstrado por Marques, Piedade e Veríssimo (2024). Por um lado, estas entidades são reconhecidas como indispensáveis à sobrevivência e estabilização; por outro, são também percecionadas como espaços regulados por normas e exigências que nem sempre são facilmente cumpridas. A existência de regras institucionais, associadas ao acesso e permanência nas respostas (como horários, comportamentos ou adesão a planos definidos), pode conduzir, em caso de incumprimento, a sanções como expulsões ou interrupções no apoio, contribuindo para trajetórias marcadas por entradas e saídas sucessivas dos sistemas de apoio.

Adicionalmente, emergem experiências negativas pontuais na relação com profissionais ou serviços, que evidenciam tensões inerentes à relação de ajuda. Estas podem estar associadas a perceções de falta de compreensão, rigidez na aplicação de normas ou

dificuldades na construção de uma relação de confiança, revelando os limites da intervenção institucional face à complexidade das trajetórias individuais: **"**O homem chegou lá muito mau, disse-me bom dia, pensava que eu estava a dormir, eu não estava a dormir, eu não dormi nada, estava deitado com a cabeça de lado. E ele: 'Bom dia, bom dia, bom dia.' e eu 'Bom dia, senhor doutor?', 'Eu não sou doutor, sou não sei o quê.' Mas muito mau, parecia que me já queria bater." (E7).

Por fim, importa salientar que as instituições desempenham um papel essencial na estabilização das condições de vida dos participantes, segundo o que é apontado por Magwood et al. e Omerov et al. (2019; 2020, citado por Reilly, Ho e Williamson, 2022). Contudo, a dificuldade no acesso a habitação, emprego e rendimentos suficientes pode levar à necessidade de recorrer aos apoios durante períodos prolongados. Assim, a dependência institucional parece resultar sobretudo das limitações estruturais que dificultam a conquista de uma maior autonomia.

4. Envelhecimento e impacto do tempo: agravamento das vulnerabilidades

O tempo emerge, nos percursos analisados, como uma dimensão central na compreensão da situação de Sem-Abrigo, não apenas enquanto duração da experiência, mas enquanto mecanismo de acumulação de vulnerabilidades, em consonância com o que é exposto por Nooe e Patterson (2010, citado por Fernandes et al. 2023) e Nobre (2020) e Greenwood et al. (2021). Longe de constituir um elemento neutro, a permanência prolongada nesta condição produz um processo cumulativo de desgaste físico, psicológico e social, tornando progressivamente mais difícil a reconstrução de percursos de vida estáveis. Nesta perspetiva, o envelhecimento observado entre os participantes não corresponde apenas ao avanço da idade cronológica, mas traduz também um envelhecimento social acelerado, profundamente condicionado pelas condições de exclusão habitacional e pelas limitações que estas impõem ao acesso a recursos, direitos e oportunidades. Esta evidência reforça a importância de analisar a situação de Sem-Abrigo a partir das trajetórias de vida, considerando a forma como

diferentes vulnerabilidades se acumulam, interagem e produzem efeitos ao longo do tempo.

Ao nível da saúde física, observa-se uma deterioração progressiva das condições corporais, associada às exigências e privações inerentes à vida na rua. A exposição continuada ao frio, à humidade, à privação de descanso adequado e à alimentação irregular favorece o desenvolvimento ou agravamento de doenças crónicas, bem como o surgimento de dores persistentes e limitações funcionais. Os testemunhos dos participantes evidenciam que o corpo constitui um dos principais locais onde a exclusão se inscreve, revelando um desgaste que deixa de ser episódico para se tornar parte integrante do quotidiano. Como refere um dos entrevistados, "Era o frio mexia muito comigo, por causa dos ossos. Agora tenho muitos problemas nos joelhos." (E4). Outro acrescenta: "Ando com dores [...] A idade também já pesa, não é? Deitar-me e levantar-me para me mexer, é o que eu peço a Deus." (E5). Estas limitações comprometem a mobilidade, reduzem a autonomia e dificultam a permanência ou o regresso ao mercado de trabalho, evidenciando que o impacto da situação de Sem-Abrigo ultrapassa a privação imediata de habitação. Tal como referido por Nooe e Patterson (2010, citado por Fernandes et al., 2023), a permanência prolongada na situação de Sem-Abrigo produz efeitos cumulativos sobre o bem-estar físico, condicionando progressivamente as possibilidades de recuperação.

Paralelamente, evidencia-se um impacto psicológico igualmente acumulativo, resultante da experiência prolongada de instabilidade, insegurança e exclusão social. Os discursos dos participantes revelam sentimentos persistentes de ansiedade, medo, desconfiança e alterações na perceção de si próprios, frequentemente associados à necessidade permanente de adaptação a contextos vividos como potencialmente ameaçadores. Um dos entrevistados afirma "sentia-me que já não era aquela pessoa que era em antes" (E1), evidenciando que a experiência da rua produz transformações profundas na identidade e na forma como o indivíduo interpreta o seu próprio percurso. De igual modo, o testemunho do participante E7 ilustra como o quotidiano passa a ser organizado em função da vigilância constante e da procura de segurança: "depois durante o dia, era tu acordares logo cedo, antes de muita gente estar-te a ver… […] tu

queres é que ninguém te incomode, e que as pessoas não saibam que estás ali, mas sabem sempre… nunca estás descansado, quanto mais de noite [...] mas tu evitas, andas a olhar para o vazio, andas a olhar… andas por aí […] e chegas a um ponto que queres descansar, apetece-te descansar, mas não tens onde… Sentas-te num banco e estás ali, olha… agora dormia uma sestinha e agora não posso, estou cansado, não dormiste nada de noite, com medo que te façam mal". Mais do que descrever episódios de medo, este discurso evidencia uma reorganização permanente dos comportamentos em função da sobrevivência. Dormir, descansar ou permanecer num mesmo espaço deixam de constituir atividades banais e passam a exigir um estado contínuo de vigilância. Tal como referido por Fernandes et al. (2023), a vida na rua implica uma exposição contínua a vulnerabilidades e a contextos de vigilância e insegurança, que produzem efeitos significativos ao nível emocional e relacional.

Um aspeto particularmente relevante prende-se com a perceção, partilhada pelos participantes, de que a experiência de Sem-Abrigo deixa marcas duradouras nas suas trajetórias de vida. Quando afirmam que esta experiência "fica marcada", referem-se a efeitos que transcendem o período de vivência na rua e que podem persistir ao longo do tempo. Estas marcas não se restringem às consequências físicas, refletindo-se igualmente na autoestima, na confiança interpessoal, nas relações sociais e na forma como os indivíduos constroem a sua identidade e interpretam o seu percurso biográfico. Neste sentido, a situação de Sem-Abrigo revela-se não apenas um episódio de privação habitacional, mas uma experiência transformadora que continua a influenciar as possibilidades de reconstrução das trajetórias mesmo após o seu término.

Os dados permitem igualmente identificar um processo de reforço mútuo entre saúde e exclusão social, no qual diferentes vulnerabilidades se articulam de forma dinâmica e cumulativa. Por um lado, os problemas de saúde física e psicológica limitam a capacidade de acesso e permanência no mercado de trabalho, reduzindo as possibilidades de obtenção de rendimentos estáveis. Como refere um dos participantes: "[…] eu estava a receber […] Em contrato de um ano […] e já não consegui, com os meus problemas de coluna, estava a arrastar-me todo, não acabei o contrato, né?" (E5). Outro descreve um percurso semelhante: "[…] trabalhei sempre na construção civil [...]

Apareceu uma hérnia na coluna e eu ao primeiro não liguei muito [...] quando se vai a descobrir eu tinha duas hérnias na coluna [...] Chegou a um ponto que começou-me a deixar de andar. Começou, comecei a, a perder o equilíbrio" (E7). Por outro lado, a ausência de emprego e de recursos económicos dificulta o acesso a cuidados de saúde, alimentação adequada e condições de vida estáveis, contribuindo para um novo agravamento das condições de saúde. Os resultados sugerem, assim, um processo de causalidade circular, no qual cada vulnerabilidade reforça a seguinte e torna progressivamente mais difícil interromper os percursos de exclusão. Esta dinâmica confirma que a situação de vida na rua deve ser compreendida como um fenómeno social, dinâmico e influenciado por múltiplos fatores, que emerge da interação entre circunstâncias individuais, condições estruturais e contextos políticos (Bento e Barreto, 2002, citado por Fernandes et al., 2023).

Deste modo, os resultados evidenciam que o tempo não constitui apenas o contexto onde decorrem estas trajetórias, mas um elemento ativo na produção e intensificação das desigualdades, ideia partilhada com Aldeia (2019) e Fernandes et al. (2023). A sua persistência ao longo do tempo contribui para a consolidação de desvantagens que tornam cada vez mais difícil a reconstrução de percursos de vida autónomos. Nesta perspetiva, o envelhecimento observado entre os participantes corresponde não apenas ao avanço da idade, mas à acumulação continuada de experiências de exclusão que limitam o acesso a recursos, direitos e oportunidades. Esta leitura reforça a importância de intervenções precoces, continuadas e centradas nas trajetórias individuais, capazes de interromper estes processos cumulativos antes que as vulnerabilidades se consolidem de forma dificilmente reversível**.**

5. Futuro e horizontes temporais: entre ausência de projeção e reconstrução gradual

A perceção do futuro emerge, nos percursos analisados, como uma dimensão profundamente condicionada pela experiência da situação de Sem-Abrigo, revelando variações significativas consoante a posição ocupada pelos indivíduos nas suas trajetórias. Os resultados evidenciam uma oscilação entre a contração dos horizontes

temporais, característica da vivência prolongada na rua, e uma reconstrução gradual da capacidade de projetar o futuro, mais evidente entre aqueles que beneficiam de respostas institucionais de apoio. Esta diferença surge do facto de a capacidade de imaginar e planear o futuro não depender exclusivamente da vontade individual, mas encontrar-se estreitamente associada às condições materiais e relacionais que estruturam a vida quotidiana.

Durante a situação de Sem-Abrigo, observa-se uma forte contração do horizonte temporal. O futuro deixa de constituir uma referência orientadora da ação, sendo progressivamente substituído por uma lógica centrada na gestão das necessidades imediatas e da sobrevivência quotidiana, conforme sustentado por Aldeia (2019) e Fernandes et al. (2023). Neste contexto, os participantes descrevem um tempo vivido quase exclusivamente no presente, marcado pela ausência de previsibilidade, estabilidade e continuidade. O testemunho do entrevistado 2 ilustra esta realidade: *"*O meu dia a dia era andar por aí para trás para a frente […] Dormir era onde calhava. Era, era um canto aqui, amanhã era outro sítio, amanhã… não tinha sítio certo para dormir.". De forma semelhante, o Entrevistado 5 (E5) resume o quotidiano afirmando: *"*Oh pá, não fazia, quer dizer, ia comer, andava, caminhava […] a minha vida era assim". Mais do que descrever rotinas desestruturadas, estes testemunhos evidenciam uma experiência temporal profundamente fragmentada, na qual a imprevisibilidade permanente impede a construção de projetos de médio ou longo prazo. A energia quotidiana é canalizada para responder às necessidades mais imediatas, reduzindo significativamente a capacidade de antecipar ou planear o futuro.

Neste contexto, a ausência de perspetivas futuras surge frequentemente acompanhada por sentimentos de desesperança e perda de sentido. O desgaste acumulado da experiência de Sem-Abrigo pode conduzir à erosão das expectativas relativamente ao futuro e, em situações extremas, o questionamento do próprio valor da existência. O discurso do entrevistado 7 (E7) evidencia esta realidade: "E chega um ponto em que ficas saturado, que já nem queres saber da vida para nada, só queres é matar-te […] pensas assim: então, o que é que eu ando aqui a fazer? isto é alguma vida? vês as pessoas a passar, queres sorrir, mas não te apetece, queres, queres, olha eu sei lá… o

que é que tu queres…". Este testemunho demonstra que a limitação dos horizontes temporais não corresponde apenas à ausência de objetivos concretos, mas traduz igualmente uma redução da capacidade de imaginar possibilidades futuras. Quando o futuro deixa de ser concebido como um espaço de mudança, a própria ação tende a restringir-se à gestão do presente. Esta limitação da capacidade de projetar o futuro está em linha com a perspetiva das capacidades, segundo a qual a privação de recursos compromete não apenas as condições de vida presentes, mas também a liberdade de imaginar e construir trajetórias futuras (Sen, 2003 [1999], citado por Marques, Piedade e Veríssimo, 2024).

Em contraste, a integração em respostas institucionais parece favorecer uma reconfiguração gradual da relação com o futuro. O acesso a alojamento, apoio técnico e maior estabilidade quotidiana cria condições para que os indivíduos recuperem progressivamente a capacidade de organizar o tempo e formular objetivos concretos. Esta mudança é visível no discurso do Entrevistado 1 (E1): *"*Vou começar a receber, acho que já este mês ou assim, uma pensão. Não é muito […] já é melhor que nada. Pronto, que eu também quero… para eu sair daqui.". Do mesmo modo, o Entrevistado 6 (E6) descreve uma reorganização do quotidiano orientada para o futuro: "normal como esta. Cumprir horários, dormir, comer, ir à procura de trabalho, pra… fazer formações, fiz várias. Rotinas normais.*"*. Nestes casos, observa-se uma reconstrução gradual da continuidade temporal. A existência de rotinas, estabilidade e apoio institucional permite que o futuro volte a assumir um papel organizador da ação, favorecendo a definição de objetivos relacionados com a habitação, o trabalho e a autonomia. A recuperação da capacidade de projetar o futuro constitui, assim, um importante indicador de reconstrução das trajetórias, ainda que este processo permaneça condicionado pelas circunstâncias estruturais (Aldeia, 2019; Fernandes et al., 2023).

Apesar desta evolução, os discursos mostram igualmente que a reconstrução dos horizontes temporais permanece marcada pela incerteza. As expectativas futuras coexistem frequentemente com limitações associadas à idade, ao estado de saúde ou às dificuldades persistentes de inserção social. O Entrevistado 7 (E7), por exemplo, descreve a forma como a evolução previsível da sua condição física condiciona a forma

como imagina o futuro: "[...] 'Você, ainda agora ainda vai andando. Mas você daqui a uns quatro, cinco anos, por aí, você está sujeito a ficar numa cadeira de rodas, que isso vai, vai-se agravar.' " , revelando a presença de um futuro marcado pela incerteza e pela deterioração física. Esta dimensão evidencia como os percursos são moldados pela interação entre fatores individuais e estruturais, ao longo do tempo (Bento e Barreto, 2002, citado por Fernandes et al., 2023).

Esta prudência face ao futuro é igualmente visível na relação com as respostas institucionais. O percurso do Entrevistado 2 (E2), marcado por entradas, saídas e regressos à instituição, evidencia a fragilidade dos processos de reintegração: "Há regras a cumprir […] já falhei com algumas, é verdade […] já fui expulso daqui. [...] Voltei a vir para a rua. Voltei a vir pedir ajuda. Voltei, pronto, voltaram-me a ajudar. Pronto, e agora estou outra vez com o… pronto, e apoiaram-me e, e agora já estou outra vez, é, pronto, mais, na instituição. E, é, e pronto, agora espero não falhar outra vez.". Mais do que uma sucessão de acontecimentos, este percurso demonstra que os processos de saída da situação de Sem-Abrigo dificilmente seguem uma trajetória linear. Pelo contrário, caracterizam-se frequentemente por avanços, recuos e momentos de instabilidade, confirmando a natureza intermitente destas trajetórias (Nooe e Patterson, 2010, citado por Fernandes et al., 2023).

Deste modo, os resultados evidenciam, sustentados pelos estudos de Elder, Johnson e Crosnoe (2023, citado por Nobre, 2020), Nobre (2020) e Nooe e Patterson (2010, citado por Fernandes et al., 2023), que a capacidade de projetar o futuro constitui um recurso social profundamente condicionado pelas condições presentes. A situação de Sem-Abrigo tende a comprimir os horizontes temporais, restringindo a ação à gestão da sobrevivência quotidiana, enquanto a estabilidade proporcionada pelas respostas institucionais permite uma reconstrução gradual da capacidade de imaginar e planear o futuro. Contudo, esta reconstrução permanece frequentemente incompleta e vulnerável às limitações acumuladas ao longo das trajetórias. Assim, a análise confirma que a exclusão habitacional compromete não apenas as condições materiais de vida, mas também a capacidade de construir projetos, alimentar expectativas e participar plenamente na vida social. Esta leitura reforça a importância de compreender o Sem-

Abrigo como uma forma de exclusão que limita não apenas o presente, mas também as possibilidades de futuro e de participação social.

6. Comparação com modelos existentes

A articulação entre os modelos existentes e as conclusões elaboradas a partir das interações com os participantes constitui um elemento central para compreender a forma como os modelos de intervenção dirigidos às pessoas em situação de Sem-Abrigo se materializam, ou não, na prática quotidiana. Esta comparação permite avaliar a coerência entre os princípios orientadores das políticas públicas e das abordagens metodológicas dominantes e as experiências concretas das pessoas entrevistadas, revelando tanto convergências como discrepâncias significativas.

No plano teórico, os modelos de intervenção analisados, nomeadamente, o *Housing First*, o *Assertive Outreach*, a Perspetiva do Percurso de Vida e as orientações da ENIPSSA, são apresentados como respostas estruturadas, integradas e centradas na pessoa, concebidas para promover estabilidade habitacional, autonomia e acesso efetivo a direitos. Estes modelos assentam na premissa de que a intervenção deve ser contínua, flexível e adaptada às necessidades individuais, reconhecendo a natureza multidimensional e cumulativa da exclusão habitacional.

Contudo, os resultados empíricos revelam que a realidade vivida pelas pessoas em situação de Sem-Abrigo se afasta de forma expressiva destes princípios. As trajetórias no enquadramento empírico evidenciam percursos marcados por ruturas sucessivas, instabilidade prolongada e dificuldades persistentes no acesso a respostas estruturais, contrariando os pressupostos fundamentais do *Housing First*. Enquanto este modelo defende o acesso imediato a uma habitação permanente como condição para a reconstrução da autonomia, os participantes descrevem quotidianos dominados pela urgência, pela imprevisibilidade e pela impossibilidade de projetar o futuro, o que demonstra a ausência de soluções habitacionais estáveis e duradouras.

De igual modo, o modelo de *Assertive Outreach*, que pressupõe equipas de rua proativas, acompanhamento continuado e redução de barreiras institucionais, contrasta com as experiências relatadas de burocratização, controlo institucional e fricções entre

o tempo vivido e o tempo institucional. As relações com as instituições surgem frequentemente marcadas por ambivalência, oscilando entre apoio e vigilância, o que revela uma distância significativa entre a intervenção idealizada e a intervenção efetivamente praticada.

Por outro lado, a Perspetiva do Percurso de Vida encontra forte correspondência nos dados empíricos. As narrativas confirmam a natureza cumulativa da exclusão habitacional, evidenciando como vulnerabilidades precoces, ruturas relacionais e fragilização das redes de suporte se intensificam ao longo do tempo, especialmente em contextos de envelhecimento. A dimensão temporal, central nesta investigação, emerge como elemento estruturante, manifestando-se tanto na instabilidade quotidiana como na dificuldade em projetar o futuro e na aceleração das vulnerabilidades associadas ao envelhecimento em situação de rua.

No que respeita às políticas públicas, nomeadamente às orientações da ENIPSSA, a comparação revela que, apesar da existência de um quadro normativo que reconhece direitos e define estratégias de intervenção, a sua concretização permanece limitada. Os participantes descrevem respostas insuficientes, rígidas e desajustadas às suas necessidades, bem como dificuldades persistentes no acesso a direitos básicos, o que confirma as fragilidades já identificadas anteriormente. A dissociação entre cidadania formal e cidadania vivida manifesta-se de forma clara nas experiências relatadas, marcadas por processos prolongados de espera, incerteza e adiamento.

Importa ainda destacar que a própria capacidade instalada das respostas existentes constitui um obstáculo estrutural à concretização dos modelos de intervenção analisados. A escassez de vagas em alojamentos temporários, centros de emergência, programas de reinserção ou respostas habitacionais permanentes limitam de forma significativa o alcance das políticas públicas e condiciona a possibilidade de implementar abordagens centradas na pessoa. Esta insuficiência não é apenas um problema logístico: ela traduz uma incapacidade estrutural do sistema para responder à complexidade e à escala do fenómeno, perpetuando ciclos de espera, rotatividade institucional e permanência prolongada na rua.

Assim, a falta de vagas não só inviabiliza a operacionalização de modelos como o *Housing First*, que pressupõem disponibilidade habitacional imediata, como reforça práticas de gestão da escassez que contrariam os princípios de continuidade, estabilidade e autonomia que orientam os modelos teóricos. A análise empírica demonstra, portanto, que a limitação da capacidade de resposta não é um elemento periférico, mas um fator central que contribui para a reprodução da exclusão habitacional e para a manutenção de intervenções predominantemente paliativas.

Em síntese, a comparação entre os modelos teóricos e os resultados empíricos evidencia uma distância significativa entre o que as políticas públicas e a literatura especializada preconizam, e aquilo que é, efetivamente, experienciado pelas pessoas em situação de Sem-Abrigo. Esta discrepância reforça a necessidade de repensar a implementação dos modelos de intervenção, garantindo que estes se traduzam em respostas efetivas, integradas e adequadas às experiências e necessidades das pessoas que vivem em situação de exclusão habitacional.

Considerações Finais

A presente investigação partiu da necessidade de compreender a situação de Sem-Abrigo para além da sua expressão mais visível - a ausência de habitação - procurando analisá-la enquanto processo social multidimensional, cumulativo e profundamente enraizado nas desigualdades estruturais que atravessam as sociedades contemporâneas. Ao centrar a análise nas trajetórias de vida, nas experiências quotidianas, na relação com as instituições e, sobretudo, na forma como o tempo é vivido por pessoas em situação de Sem-Abrigo, esta dissertação procurou contribuir para uma compreensão sociológica que ultrapassa leituras individualizantes do fenómeno e evidencia a sua natureza estrutural, relacional e temporal.

Os resultados obtidos confirmam que a entrada na situação de Sem-Abrigo dificilmente pode ser explicada por acontecimentos isolados ou por características individuais. Pelo contrário, as narrativas recolhidas revelam percursos marcados pela acumulação progressiva de vulnerabilidades económicas, laborais, familiares, habitacionais e institucionais, evidenciando que a perda da habitação representa, na maioria dos casos, o culminar de processos prolongados de exclusão social, fragilização dos vínculos sociais e acumulação de vulnerabilidades. Esta constatação reforça a pertinência das perspetivas teóricas mobilizadas ao longo da investigação, nomeadamente aquelas que conceptualizam a situação de Sem-Abrigo como um processo de exclusão multidimensional, produzido pela interação entre estruturas sociais, políticas públicas, relações institucionais e experiências biográficas.

Contudo, um dos principais contributos desta investigação reside na centralidade atribuída à dimensão temporal da exclusão. As experiências dos participantes demonstram que viver em situação de Sem-Abrigo implica também viver uma forma particular de relação com o tempo. O quotidiano organiza-se em torno da satisfação permanente de necessidades imediatas, da gestão da sobrevivência, da espera por respostas institucionais e da incerteza relativamente ao futuro. O tempo deixa de constituir um recurso para planear ou projetar a vida, transformando-se num espaço marcado pela urgência, pela repetição e pela imprevisibilidade. Neste sentido, a

exclusão habitacional manifesta-se igualmente como uma desigualdade temporal, na medida em que limita profundamente a capacidade dos sujeitos para construírem projetos de vida, exercerem autonomia e anteciparem o futuro.

Esta leitura permite compreender que a situação de Sem-Abrigo não corresponde apenas à perda de um espaço físico, mas também à perda de estabilidade, continuidade e previsibilidade, elementos fundamentais para a construção da identidade e para o exercício pleno da cidadania. A ausência de uma habitação estável compromete não apenas o acesso a recursos materiais, mas também a possibilidade de organizar o quotidiano, manter relações sociais significativas, preservar a saúde física e mental e desenvolver expectativas relativamente ao futuro. A habitação revela-se, assim, muito mais do que uma resposta material: constitui uma condição estruturante da participação social e da dignidade humana.

As relações estabelecidas entre os participantes e as instituições revelam igualmente uma realidade marcada por ambiguidades. Se, por um lado, os serviços existentes desempenham um papel essencial na satisfação de necessidades básicas e na mitigação das consequências mais imediatas da exclusão, por outro, as narrativas evidenciam limitações relacionadas com a fragmentação das respostas, a excessiva burocratização dos processos, a rigidez institucional e a dificuldade em acompanhar percursos individuais marcados por elevada complexidade. Estas limitações demonstram que a intervenção dirigida às pessoas em situação de Sem-Abrigo continua frequentemente orientada para a gestão da emergência, permanecendo insuficiente na resposta às causas estruturais que sustentam o fenómeno.

Os resultados obtidos reforçam, neste contexto, a relevância de modelos de intervenção centrados no direito à habitação, na continuidade dos acompanhamentos e na construção de respostas individualizadas, capazes de reconhecer as especificidades dos diferentes percursos de vida. Todavia, esta investigação evidencia igualmente que nenhuma resposta técnica ou institucional será plenamente eficaz enquanto persistirem as condições estruturais que alimentam a exclusão habitacional, designadamente a crise

de acesso à habitação, a precarização do trabalho, o aumento das desigualdades sociais e a fragilização dos sistemas públicos de proteção social.

Ao longo da investigação tornou-se igualmente evidente que reduzir as pessoas em situação de Sem-Abrigo à condição de vítimas constitui uma leitura tão redutora quanto responsabilizá-las individualmente pela sua situação. Apesar dos fortes constrangimentos estruturais identificados, os participantes revelam capacidade de adaptação, construção de estratégias quotidianas, negociação permanente com os recursos disponíveis e desenvolvimento de formas de resistência que lhes permitem preservar, ainda que de forma limitada, alguma autonomia sobre as suas vidas. Reconhecer esta agência não significa ignorar os constrangimentos que moldam os seus percursos, mas compreender que a ação humana permanece possível mesmo em contextos profundamente marcados pela desigualdade.

Do ponto de vista sociológico, esta investigação procura igualmente demonstrar que a situação de Sem-Abrigo constitui um objeto privilegiado para compreender processos sociais mais amplos. Conforme sugerido pelo paradigma-matrioshka, a vida na rua funciona como uma lente analítica que torna particularmente visíveis mecanismos de desigualdade, relações de poder, formas de governação, critérios de reconhecimento social e limites do exercício da cidadania. Estudar o Sem-Abrigo não significa apenas estudar um grupo social específico, significa compreender de que forma uma sociedade produz vulnerabilidade, distribui recursos, reconhece direitos e define quem pode ou não participar plenamente na vida coletiva.

Importa igualmente reconhecer as limitações deste estudo. A opção por uma metodologia qualitativa implicou privilegiar a profundidade analítica em detrimento da representatividade estatística. O número reduzido de participantes e a especificidade dos seus percursos não permitem generalizações para a população em situação de Sem-Abrigo no seu conjunto. Contudo, essa nunca constituiu a finalidade desta investigação. O objetivo consistiu em compreender processos, significados e experiências, produzindo conhecimento interpretativo que permita enriquecer a reflexão sociológica sobre o fenómeno e complementar as abordagens quantitativas existentes.

Neste sentido, futuras investigações poderão aprofundar a análise comparativa entre diferentes grupos populacionais em situação de Sem-Abrigo, designadamente mulheres, jovens, pessoas migrantes ou pessoas idosas, cujas experiências permanecem frequentemente invisibilizadas pelas definições institucionais e pelos sistemas estatísticos. Será igualmente pertinente desenvolver estudos longitudinais que acompanhem os percursos das pessoas antes, durante e após a situação de Sem-Abrigo, permitindo compreender de forma mais aprofundada os fatores que favorecem processos sustentados de integração habitacional e social.

Em última análise, esta dissertação demonstra que compreender a situação de Sem-Abrigo exige deslocar o olhar da rua para a sociedade. A rua não constitui uma realidade exterior à ordem social, mas uma das suas expressões mais intensas. As histórias analisadas nesta investigação revelam que aquilo que frequentemente é interpretado como falha individual resulta, em grande medida, da acumulação de desigualdades produzidas ao longo do tempo e da insuficiência das respostas coletivas para lhes fazer face. Mais do que ausência de habitação, a situação de Sem-Abrigo representa a fragilização do acesso ao tempo, à estabilidade, ao reconhecimento e à cidadania.

Assim, contribuir para a superação deste fenómeno implica muito mais do que multiplicar respostas assistenciais ou gerir situações de emergência. Exige reconhecer a habitação como um direito fundamental, reforçar políticas públicas orientadas para a prevenção da exclusão, promover intervenções integradas e garantir que as pessoas em situação de Sem-Abrigo deixam de ser vistas como destinatárias passivas de apoio para serem reconhecidas como cidadãos de pleno direito. É precisamente nesta articulação entre conhecimento científico, reflexão crítica e compromisso com a transformação social que reside, em última instância, o contributo que esta investigação pretende oferecer.

Referências Bibliográficas

Aldeia, J. (2019). A vida na rua como paradigma-matrioshka. Civitas, 19 (1), pp. 213-229. http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30051

Baptista, I., Perista, P.; Marlier, E. (2025). The fight against homelessness and its links with anti-poverty policies across the European Union. European Commission.

Box, E.; Flatau, P.; Lester, L. (2022). Women sleeping rough: The health, social and economic costs of homelessness. Health Soc Care Community, 30, pp. e4175 e4190. DOI: 10.1111/hsc.13811

Branco, A. S. O.; Xerez, R.; Lima, V. (2025). A critical analysis of homelessness in Lisbon: a data-driven approach. Housing, care and support, 28 (2), pp. 56-70, Emerald Publishing Limited. ISSN 1460-8790. DOI: 10.1108/HCS-01-2022-0002

Coelho, M. (2023). Habitação em Portugal: ensaio exploratório sobre as condições da oferta e da procura. Lusíada: Economia e Empresa (35), pp. 147-168. DOI: https://doi.org/10.34628/TV7D-DF45

Diário da República, 2024. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024. https://pessoas2030.gov.pt/wp content/uploads/sites/19/2024/04/RCM-n.61.2024_02.04.pdf

Edgar, B. (2012). The ETHOS definition and classification of Homelessness and Housing Exclusion. European Journal of Homelessness, 6(2), pp. 219-225. ISSN (online): 2030-3106.

ENIPSSA (2024). Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo (2017-2023). Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem Abrigo: Síntese de Resultados.

European Commission (2021). Lisbon Declaration on the European Platform on Combatting Homelessness.

Eurostat (2024). Housing & renting difficulties: what is the EU's situation? https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20241011-2

FEANTSA (2017). ETHOS - European Typology of Homelessness and Housing Exclusion. FEANTSA (2024). 9th Overview of Housing Exclusion in Europe.

FEANTSA (n/d). About FEANTSA. https://www.feantsa.org/about/

Fernandes, L., et al. (2023). Será a condição de Sem-Abrigo uma questão de escolha? Um estudo exploratório realizado nos Açores. Cidades, Comunidades e Territórios, pp. 87-104. ISSN: 2182-3030. https://doi.org/10.15847/cct.28721

Gonçalves, A. T. (2021). Trabalhar em serviços destinados a pessoas em situação de Sem Abrigo. Cidades, Comunidades e Territórios, 43, pp. 240–244. ISSN: 2182-3030. DOI: 10.15847/cct.25575

Greenwood, R. M., et al. (2023). Distal supports, capabilities, and growth-focused recovery: A comparison of Housing First and the staircase continuum of care. Am J Community Psychol, 73, pp. 504–514. DOI: 10.1002/ajcp.12733

Greenwood, R. M. et al. (2021). Structure and agency in capabilities-enhancing homeless services: Housing First, housing quality and consumer choice. J Community Appl Soc Psychol, 32, pp. 315–331. DOI: 10.1002/casp.2577

Housing First Europe Hub (2025). About us. https://housingfirsteurope.eu/about-us/

Instituto da Segurança Social. (2009). Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Leite, M. G. (2023). Narrativas Transmídias Controversas: Das ruas para as redes em Lugares (in)habitáveis. ROTURA – Revista de Comunicação, Cultura e Artes, 3(1), pp. 28-45.

Loubière, S., et al. (2020). Europeans' willingness to pay for ending homelessness: A contingent valuation study. Social Sciences https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.112802 e Medicine 247.

Marques, J.; Piedade, A. M.; Veríssimo, P. (2024). Real Conditions for Unrealistic Obligations: The Case of Judicial Obligations in the Homeless Population. European

Journal of Social Sciences Education and Research, 11 (4). ISSN 2312-8429 (Online). https://doi.org/10.26417/293nzj80

Nobre, S. (2020). Perspetiva do Percurso de Vida: a situação de Sem-Abrigo no feminino em Portugal. Análise Social, 2 (235), pp. 332-354. ISSN (versão online): 2182-2999. https://doi.org/10.31447/as00032573.2020235.05

Observatório das Migrações (2026). Imigrantes em Situação de Sem-Abrigo em Portugal: Evidências, lacunas e desafios de política pública. Observatório das Migrações, Lisboa.

Pina et al. (2020). (Sobre)Viver em Situação de Sem-Abrigo em Portugal: A emergência de respostas inovadoras. Polêm!ca, 20(3). DOI: 10.12957/polemica.2020.63483

Reilly, J.; Ho, I.; Williamson, A. (2022). A systematic review of the effect of stigma on the health of people experiencing homelessness. Health Soc Care Community, 30, pp. 2128–2141. DOI: 10.1111/hsc.13884

Saaristo, S. M. (2023). Gendered and classed homelessness: A life history analysis on displaced survival in Lisbon. CIDADES, Comunidades e Territórios, pp. 36-52. ISSN: 2182-3030. https://doi.org/10.15847/cct.29261

Santos, C. J., et al. (2025). Housing Insecurity and Older Adults' Health and Well-Being in a Gentrifying City: Results from the EPIPorto Cohort Study. J Urban Health, 102, pp. 19–34. https://doi.org/10.1007/s11524-024-00921-4

Stambe, R., et al. (2024). Seeing, Sharing and Supporting: Assertive Outreach as a Partial Solution to Rough Sleeping. British Journal of Social Work, 54, pp. 723–740 https://doi.org/10.1093/bjsw/bcad251

Viljoen, S. M. (2025). Regulating Public Property: The Account of the Homeless. Social e Legal Studies 2025, 34(3), pp. 439–457. DOI: 10.1177/09646639231225582

Wilde, H. et al. (2021). A recommendation and risk classification system for connecting rough sleepers to essential outreach services. Data e Policy (2021), 3, pp. e2-1 - e2 16. doi:10.1017/dap.2020.23

Anexos

Anexo 1 – Guião de entrevista

Tema: "Temporalidades da exclusão: vivências do tempo, envelhecimento e horizontes de futuro entre pessoas em situação de Sem-Abrigo"

Público-alvo: Pessoas atualmente em alojamento temporário que já estiveram em situação de Sem-Abrigo

Duração estimada: 35–45 minutos

Introdução

Boa tarde. Antes de mais, muito obrigada por ter aceite falar um bocadinho comigo. Eu sou estudante da Universidade do Porto e estou a fazer um trabalho sobre a experiência de pessoas que já estiveram em situação de Sem-Abrigo. Estou aqui a falar consigo porque foi indicado/a pela instituição Centro de Alojamento Temporário – Fundação CESDA/ Cáritas Diocesana de Aveiro.

Quero que saiba que só participa se quiser. Não tem de responder a nenhuma pergunta que não se sinta confortável em responder. Se, a qualquer momento, mudar de ideias e não quiser continuar, basta dizer-me e paramos a entrevista, não há qualquer problema nem qualquer consequência. A sua decisão não vai influenciar o apoio que recebe nem a forma como é acompanhado/a. Tudo o que disser aqui é confidencial. Quando eu estiver a escrever o trabalho, não vou utilizar o seu nome nem qualquer informação que o possa identificar.

Gostava também de pedir a sua autorização para gravar a conversa, apenas para que eu possa ouvir depois com atenção e não estar sempre a tirar notas. A gravação será utilizada apenas para o trabalho e será apagada após a conclusão do estudo e a sua apresentação aos meus professores.

[Obtenho o consentimento para iniciar o gravador, início o gravador e já com ele ligado:]

Vamos então começar a entrevista, eu queria apenas confirmar que percebeu tudo o que eu expliquei sobre o trabalho que estou a fazer e que tenho a sua autorização para gravar a entrevista.

Bloco 1: Percurso e entrada na situação

1. Então, gostava que me contasse um bocadinho como é que se viu nessa situação. Como é que tudo começou? Quanto tempo esteve nessa fase da sua vida?

Bloco 2: Quotidiano e vivência do tempo

2. Vou-lhe pedir agora que regressemos a esse período em que vivia na rua. Como costumava ser o seu dia a dia? Como é que o seu dia se organizava? *[Por exemplo, Acordava sempre à mesma hora?]*

Bloco 3: Relação com instituições e organização do tempo

3. Quando vivia na rua, em situação de Sem-Abrigo, quando é que começou a receber o apoio de instituições ou de alguma organização?

4. Como é que era esse apoio? Adaptava-se bem à sua vida? Como é que era a sua relação com as instituições?

[Se falar no material (ex. podia tomar banho, …): Mas e como é que isso na prática funcionava? Tinha de ir à instituição a horas marcadas? E o que acontecia se chegasse atrasado?]

Bloco 4: Envelhecimento e impacto do tempo

5. Gostava agora de falar um pouco sobre o que é envelhecer numa situação de Sem-Abrigo, porque sabemos que pode ser desafiante. Com o passar dos anos, como é que sentiu essa experiência? Que tipo de impactos é que estar em situação de Sem-Abrigo acha que teve em si, no seu corpo, na sua saúde?

Bloco 5: Futuro e horizontes temporais

6. Olhe, agora vamos pensar no futuro. A sra/o sr agora está aqui neste centro e, portanto, a sua vida está a ter outro rumo. Como foi o processo até chegar a este centro?

7. Quando estava em situação de Sem-Abrigo, como é que pensava no futuro?

8. E agora, que está no centro, como pensa no futuro?

Bloco 6: Encerramento

Estamos a chegar ao final da entrevista. Quero agradecer-lhe, mais uma vez, por ter aceite falar comigo e por ter partilhado a sua experiência.

Antes de terminarmos, gostava de lhe deixar este espaço: há alguma coisa que queira acrescentar ou alguma mensagem que gostasse de deixar, seja para pessoas que estejam nesta situação ou para quem trabalha nas instituições?

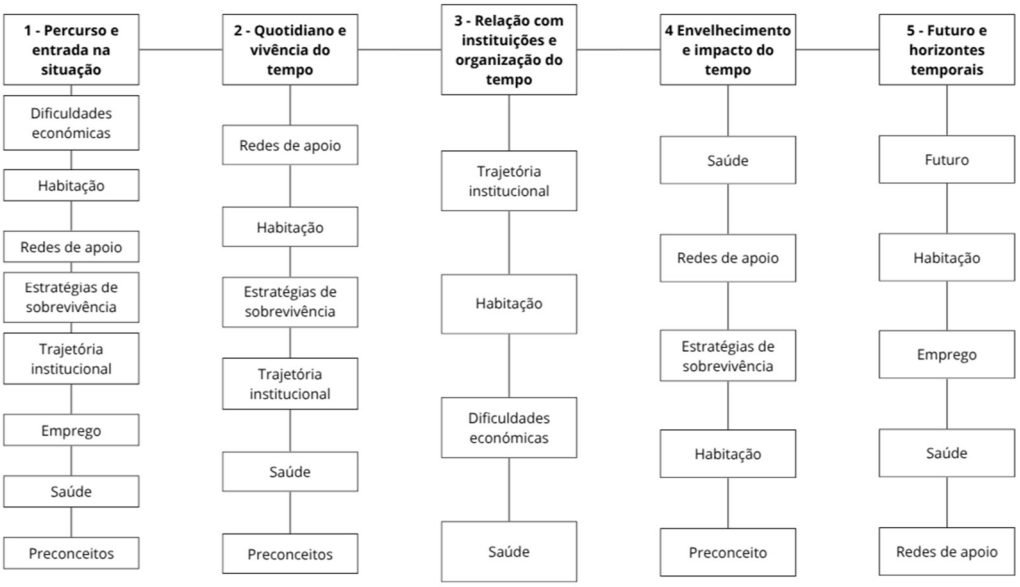
Dimensão de análise	**Questão a colocar**
Percurso de vida e período em situação de Sem-Abrigo Objetivo: Contextualizar a experiência de Sem-Abrigo enquanto processo temporal inserido na trajetória biográfica do participante, permitindo compreender a forma como a entrada na situação é narrada, interpretada e situada ao longo do tempo.	1. Então, gostava que me contasse um bocadinho como é que se viu nessa situação. Como é que tudo começou? Quanto tempo esteve nessa fase da sua vida?
Quotidiano e vivência do tempo (no período de Sem-Abrigo) Objetivo: Analisar a organização do quotidiano durante o período de Sem-Abrigo, identificando a forma como o tempo era estruturado, vivido e condicionado no dia a dia.	2. Vou-lhe pedir agora que regressamos a esse período em que vivia na rua. Como costumava ser o seu dia a dia? Como é que o seu dia se organizava?
Tempo institucional e relação com serviços (durante a situação de Sem-Abrigo) Objetivo: Compreender de que forma o tempo institucional (regras, horários, procedimentos e apoios) interferia, organizava ou condicionava o quotidiano vivido em situação de Sem-Abrigo.	3. Quando vivia na rua, em situação de Sem-Abrigo, quando é que começou a receber o apoio de instituições ou de alguma organização? 4. Como é que era esse apoio? Adaptava-se bem à sua vida? Como é que era a sua relação com as instituições?
Envelhecimento, corpo e saúde (durante a situação de Sem-Abrigo) Objetivo: Explorar a relação entre envelhecimento e exclusão social,	5. Gostava agora de falar um pouco sobre o que é envelhecer numa situação de Sem-Abrigo, porque sabemos que pode ser desafiante. Com o passar dos anos, como é que sentiu essa experiência? Que tipo de impactos é que estar

analisando de que forma o passar do tempo em situação de Sem-Abrigo é vivido no corpo, na saúde e na perceção de si.	em situação de Sem-Abrigo acha que teve em si, no seu corpo, na sua saúde?
Futuro, esperança e horizontes temporais (no período de Sem-Abrigo e na atualidade) Objetivo: Analisar como o futuro é pensado, imaginado ou limitado em situação de Sem-Abrigo e de que forma essa relação com o tempo se transforma na transição para o alojamento temporário.	6. Olhe, agora vamos pensar no futuro. A sra/o sr agora está aqui neste centro e, portanto, a sua vida está a ter outro rumo. Como foi o processo até chegar a este centro? 7. Quando estava em situação de Sem-Abrigo, como é que pensava no futuro? 8. E agora, que está no centro, como pensa no futuro?
Considerações finais Objetivo: Devolver a palavra ao participante, reconhecendo a sua agência e permitindo que oriente o encerramento da narrativa.	Estamos a chegar ao final da entrevista. Quero agradecer-lhe, mais uma vez, por ter aceite falar comigo e por ter partilhado a sua experiência. Antes de terminarmos, gostava de lhe deixar este espaço: há alguma coisa que queira acrescentar ou alguma mensagem que gostasse de deixar, seja para pessoas que estejam nesta situação ou para quem trabalha nas instituições?

Anexo 2 – Grelha de análise temática das entrevistas

Entrevistado	Excerto	Categoria	Subcategoria	Código	Interpretação

Anexo 3 – Relação entre a grelha de análise temática das entrevistas e as sub-categorias associadas a cada uma das mesmas



Anexo 4 – Consentimento informado

Projeto: "Temporalidades da exclusão: vivências do tempo, envelhecimento e horizontes de futuro entre pessoas em situação de Sem-Abrigo"
Investigadora: Ana das Neves
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), Universidade do Porto

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O estudo tem por objetivo compreender de que forma pessoas que já estiveram em situação de Sem-Abrigo vivenciaram esse período ao longo do tempo, nomeadamente no que respeita à organização do quotidiano, à relação com instituições, à experiência de envelhecimento nesse contexto e às perspetivas de futuro antes e após a entrada em alojamento temporário.

A sua participação neste estudo, que será muito valorizada, contribuirá para o avanço do conhecimento científico nesta área. A participação consiste na realização de uma entrevista individual, com duração aproximada de 35 a 45 minutos, durante a qual será convidado/a a partilhar aspetos do seu percurso de vida e da sua experiência. Com a sua autorização, a entrevista será gravada em áudio, exclusivamente para efeitos de transcrição e análise rigorosa da informação recolhida.

O estudo é realizado por Ana das Neves, estudante da Universidade do Porto, que poderá contactar caso pretenda esclarecer qualquer dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto abaixo indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, nos termos da legislação aplicável.

A participação neste estudo é confidencial. Os seus dados pessoais serão tratados apenas pela investigadora, que se encontra vinculada ao dever de sigilo e confidencialidade. O seu nome não será utilizado em qualquer relatório, trabalho académico ou apresentação pública, sendo garantido o anonimato através da utilização de pseudónimos ou da omissão de quaisquer elementos identificativos.

Para além de confidencial, a participação é estritamente voluntária. Pode escolher livremente participar ou não participar. Caso decida participar, poderá interromper a entrevista ou retirar o seu consentimento para o tratamento dos dados pessoais em qualquer momento, sem necessidade de apresentar qualquer justificação. A retirada do consentimento não compromete a legalidade do tratamento efetuado até esse momento com base no consentimento previamente prestado, nem terá qualquer consequência no apoio ou acompanhamento que recebe na instituição.

Os dados recolhidos serão conservados até à conclusão do trabalho académico e respetiva avaliação pelos docentes responsáveis, findo o qual serão eliminados. Os resultados do estudo serão divulgados apenas para fins académicos e científicos, sempre de forma anónima.

Declaro que me foram explicados os objetivos do estudo, que tive oportunidade de colocar todas as questões que considerei pertinentes e que obtive respostas claras e satisfatórias. Compreendo que a minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informação que me foi disponibilizada.

Declaração de Consentimento

Eu, _____,

declaro que compreendi a informação que me foi prestada sobre este estudo e que aceito participar voluntariamente na entrevista.

Autorizo a gravação áudio da entrevista:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Assinatura do/a participante: _____

Data: ____ / ____ / _____

Assinatura da investigadora: _____

Contacto da investigadora: _____